

2

A modernidade carioca em tensão

2.1

Chegar ao Rio de Janeiro por mar

A cidade do Rio de Janeiro tem a sua gênese marcada por uma história de disputas. A primeira delas é, mais do que um embate entre civilizações, uma disputa entre projeções ideais. Os franceses que já haviam construído a sua França Antártida¹ em terras cariocas foram chamados à luta pelos portugueses que, além de não quererem perder seu território, pretendiam fazer daquele um espaço fértil para o seu projeto colonial. Assim, a cidade se constituiu a partir de um confronto de utopias entre franceses e portugueses²:

A cidade utópica representou o enorme esforço da Renascença de manter o ideal em momentos de crise. A noção de utopia qualificava criticamente o desempenho dos homens na cidade projetando-a para fora do espaço real, mas tratando-a como realidade na força da narrativa.³

Diante da cidade que os franceses haviam imaginado e criado, os portugueses assumiram a condição de afirmar e garantir a sua força frente à ameaça estrangeira. Esta força, entretanto, que poderia estar apenas baseada no domínio das terras e na construção de fortificações, promoveu a idealização do novo espaço pelos colonos que ali se instalaram. No momento da disputa, o objeto em questão se tornou, mais do que desejado, o lugar apropriado para que o projeto ideal se instalasse.

A segunda das disputas se desenrola na medida em que franceses e portugueses precisam ao mesmo tempo se aliar e negociar com os nativos, para quem o espaço do Rio de Janeiro se apresentava como espaço real, onde a vida estava marcada pela força do cotidiano e da tradição indígena.

¹ Entre os anos de 1555 e 1567 desenrolou-se na baía de Guanabara o episódio da França Antártica. Nicolau Durand de Villegaignon instalou-se com outros franceses na ilha de Seregipe, que hoje leva seu nome, onde levantaram um forte. Anos depois, em razão das dissensões religiosas que havia em França, Villegaignon retirou-se, deixando a pequena colônia estabelecida na margem ocidental da baía e na ilha de Paranapuã, atualmente, Ilha do Governador. No ano de 1560 os portugueses, sob o governo de Mem de Sá, conseguiram expulsar os franceses das ilhas e destruir suas fortificações. Os franceses, porém, acolhidos pelos índios tamoios, voltaram a ocupar posições à margem ocidental da baía e estabeleceram-se na aldeia de Uruçumim, atual praia do Flamengo

² RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “América Renascentista: as experiências modernas no espaço da Baía de Guanabara: a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre utopias e ideais.” P.4

³ Idem. P.4

(...) para os portugueses, sua idealização supôs (...) o reencontro com homens. No fundo, com dois tipos diferentes de homens. Um, europeu, reconhecido como inimigo, uma vez que ocupava uma área de domínio português e que precisava ser excluído dessas terras. Outro, da terra, índio, que influenciado pelas atitudes e modos de agir dos franceses, considerava-se dono de um domínio português sem ser portador de qualquer qualificação que lhe garantisse a posse das terras.⁴

Esses dois momentos foram decisivos para que no ano de 1565 a cidade fosse fundada⁵ aos pés do Morro Cara de Cão, na boca da Baía de Guanabara, que nesses quase 450 anos funcionou como uma dobradiça da cidade, colocando-a em contato com aquilo que é mais particular ao Rio de Janeiro e também com o que é estrangeiro e de caráter mais universal. Esta qualidade da Baía de Guanabara – que ainda assumiria outras – faz daquele lugar não apenas um marco da fundação da cidade, mas passa a integrar o espírito da cidade. Uma cidade de colonos⁶, deslocada da autoridade dos colonizadores, que, marcada pela “experiência da vida ativa contra a vivência contemplativa, pela autonomia e pelo autogoverno”⁷, se apresentou como a pedra angular da cidade ideal.

A terceira das disputas persiste na cidade até os dias de hoje, quando a natureza ainda impõe os limites para a dominação do espaço. Além disso, a natureza se insere no jogo fundamental entre a beleza primitiva, a cultura e a civilização, se afastando e se aproximando, de modo que seus contrários possam se converter também nos seus aliados, de acordo com a circunstância que se apresente.

A natureza no Rio de Janeiro se mostra feminina com as suas curvas que seduzem quem conhece a cidade. É feminina também porque as mesmas curvas desafiam a potência de quem investe sobre a cidade; e ainda dissimulam os seus defeitos. A natureza carioca é feminina porque é tropical, impondo o calor úmido àquele que se instala ali. Essas qualidades da natureza do Rio de Janeiro, muito bem

⁴ RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro”. p.17.

⁵ Mem de Sá e seu sobrinho, Estácio de Sá, dedicaram-se à organização das expedições para, finalmente, em 1567 expulsarem os franceses deste território. Estácio de Sá que, em 1565 havia lançado os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, morreu ferido no rosto por uma flecha, em razão dos combates contra os franceses e seus aliados tamoios.

⁶ Um dos exemplos mais importantes dessa marca da cidade foi a revolta de 1660, conhecida como Bernarda ou Revolta da Cachaça. Foi motivada pelo aumento excessivo dos impostos sobre a aguardente, o que gerou a oposição dos colonos ao governo de Salvador Correa de Sá, que ao final acabou deposto pela Corte.

⁷ RODRIGUES, op.cit.2002. P. 19.

sintetizadas na conjugação das curvas do solo e do espelho d'água da Baía de Guanabara, vão integrar o espírito da cidade mulher.

A partir da pequena fortaleza natural da colonização portuguesa, a ação de urbanização permitiu ocupar um território pouco propenso a isso, com operações que acabaram com quase todos os morros limítrofes, transformaram a maioria das suas praias urbanas, perfuraram túneis, e ademais incluíram a plantação artificial da sua floresta tropical; e o resultado foi de tal ordem que, paradoxalmente, a cidade é tida como exemplo de adaptação à natureza, e não, como realmente é: natureza construída.⁸

A imagem da cidade do Rio de Janeiro é desde há muito tempo a imagem natural da cidade, expressa na beleza dos seus morros, das encostas verdes, das suas lagoas, das curvas perfeitamente desenhadas da Baía de Guanabara e de Copacabana. O movimento paradoxal apontado por Verena Andreatta se explica quando percebemos que é justamente no momento em que a cidade passa a ser mais valorizada como natureza que ela vive suas mais profundas transformações, inclusive no sentido de aperfeiçoar a beleza primitiva. Fazem descer morros, pintam o verde, acentuam as curvas e a herança que o século XX nos deixa é a da natureza “construída”. Entretanto, antes de se tornar a natureza civilizada, que já não guarda as marcas do primitivo, da infância ou da ingenuidade, esta mesma natureza impôs as condições de adaptação à cidade e por isso podemos dizer que o Rio de Janeiro nasceu junto desse embate, que promoveu uma tensão entre avanços e recuos, na relação com aqueles que ali se estabeleceram. De acordo com o que afirma Antônio Edmilson Martins Rodrigues: “tiveram os colonizadores primeiro de construir uma cidade que tinha a sua determinação na natureza, para depois construí-la, se possível, como cidade real e ordenada.”⁹

A tensão acabou por se tornar um traço específico do temperamento da cidade do Rio de Janeiro, herança esta fincada na sua história desde os primeiros embates enfrentados pelos portugueses no momento da sua fundação. Muito embora algumas das especificidades cariocas tenham se transformado ao longo desses cinco séculos, especialmente esta se mantém viva até os dias de hoje, o que faz dela uma porta de entrada importante para os historiadores que se dediquem à interpretação dos diferentes momentos vividos pela cidade.

⁸ ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. p.20.

⁹ RODRIGUES, op.cit.2002, p.18

2.2

Chegar ao Rio de Janeiro pelas letras

O que pretendo nas próximas linhas não é fazer uma revisão historiográfica sobre o Rio de Janeiro, comentando toda a literatura acadêmica existente sobre a cidade. Algo dessa monta requereria um esforço hercúleo que, por si só, poderia ocupar todo o espaço à que se dedica uma tese. Nas últimas três décadas o Rio de Janeiro se tornou um dos temas privilegiados pela historiografia, o que gerou uma miríade de publicações a esse respeito. Um diagnóstico feito neste sentido pode ser lido a seguir:

A cidade do Rio de Janeiro transformou-se, ao longo dos anos 1980, em um dos objetos de investigação preferidos do mundo acadêmico. As universidades, os centros de pesquisa, os programas de pós-graduação, as instituições culturais e os pesquisadores independentes elegeram a cidade como tema de suas reflexões. A situação política e social da cidade apresentava-se como o principal móvel dessa atenção e a busca de elementos de resistência à decadência anunciada tomavam conta dessas reflexões.¹⁰

A intenção aqui presente é apontar os autores e algumas das suas mais importantes contribuições sobre as primeiras décadas do século XX carioca, com quem travei contato mais recentemente e que por isso se tornaram os interlocutores mais próximos no sentido de ajudarem, através de aproximações e afastamentos, a construir os limites que balizaram o campo onde se desenrola o fio das idéias aqui presentes.

O século XVIII como palco privilegiado da filosofia do Iluminismo se ramificou nos séculos posteriores criando uma base teórica de onde partem as principais preocupações e soluções para a cidade. A idéia moderna de cidade, ela mesma, se torna uma questão a ser abordada a partir da experiência iluminista, que se dedica a interpretar a inescapável transformação em curso na Europa, que envolve a predominância dos espaços urbanos sobre o campo. De acordo com Carl Schorske, “durante dois séculos febris de transformação social, o problema da cidade pressionou sem cessar a consciência dos pensadores e artistas europeus”¹¹.

A partir dessa premissa, deve-se considerar o esforço de Verena Andreatta ao analisar três importantes planos urbanísticos – o Relatório de obras de Beaurepaire-Rohan (1843), os Relatórios da Comissão de Melhoramentos (1875-1876) e o Plano de Reformas Urbanas de Pereira Passos (1903-1906) – para a cidade do Rio de Janeiro no seu livro “Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de

¹⁰ RODRIGUES, op.cit. 2002.p.12-13.

¹¹ SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*.P. 53.

Janeiro no Século XIX.” Se, por um lado, os planos se distinguem pela ênfase dada a certos aspectos em detrimentos de outros ou mesmo pelo fato de apenas o terceiro ter saído do papel; por outro lado, pode-se observar ainda mais permanências entre os planos, o que se explica possivelmente pela base teórica comum aos três, herdeira dos oitocentos europeus. Exemplo disso se observa na conclusiva sentença da autora ao afirmar que “é inegável que a filosofia do Plano Beaurepaire comparte claramente a certeza de que a melhoria das condições físicas promoverá a formação de uma nova sociedade”.¹² É importante observar como esses argumentos se pautam no fato de a cidade ser lida como um corpo ou organismo que precisaria ter a sua saúde tratada para estar em ordem. Como veremos mais adiante, higienizar não era apenas uma estratégia para cuidar da cidade fisicamente, mas também dos seus habitantes e das relações entre eles.

O desejo de facilitar as funções respiratórias e a circulação transformou o panorama das cidades e alterou os métodos de asseio pessoal a partir de 1740, os grandes centros europeus começaram a cuidar da limpeza urbana, drenando buracos e depressões alagadas, cheias de urina e fezes, e promovendo sua canalização para esgotos subterrâneos. Até então o calçamento era feito de calhaus arredondados que retinham, nos seus interstícios, excrementos humanos e de animais. Em meados do século XVIII, os ingleses começaram a repavimentar Londres, utilizando-se de placas quadradas de granito que se encaixavam umas às outras; em 1780, a calçada do moderno teatro Odeon recebeu idêntico tratamento. Dessa forma, as ruas tornaram-se mais limpas; abaixo delas, “veias” urbanas substituíam bueiros rasos, carregando água suja e excrementos para novos canais de esgoto.¹³ (pg. 220)

A filosofia iluminista estava marcada pela fé na perfectibilidade do homem e das relações humanas, uma vez em que a história se organizasse dentro de um movimento linear que caminhasse sempre num sentido positivo. A garantia desse desenvolvimento progressivo estava na prevalência da razão sobre os sentidos, de modo que todo processo racionalmente articulado acarretaria num resultado metodologicamente adequado e preciso. Assim, a filosofia iluminista criou os limites e inaugurou uma forma de interpretação, que se consolidou na mentalidade ocidental ao longo de mais de dois séculos e ainda sobrevive em dezenas de sistemas interpretativos. Assim, o controle sobre as condições físicas da cidade e a transformação dessas condições a partir de “um processo racionalmente articulado” só poderia, dentro da lógica do Plano

¹² ANDREATTA. op.cit., p. 125.

¹³ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. P.220.

Beaurepaire, promover a perfectibilidade da sociedade através de uma transformação que apenas enxerga o sentido positivo do fluxo do tempo.

Verena Andreatta se preocupa em afirmar que os planos analisados por ela não são meras cópias daquilo que vigorava fora do Brasil no que tange as reformas das cidades. De acordo com a autora, é preciso cuidar de um enfoque que considere a leitura dessas influências de modo mais fértil, como é o caso da importância que diferentes profissões ganharam nas distintas etapas do urbanismo moderno, por exemplo:

o papel dos médicos na formação da opinião pública e a sua influência nas políticas da época do Império, assim como seus enfrentamentos com a nova classe de engenheiros, organizados como grupo de pressão desde a fundação do Clube de Engenharia em 1870.¹⁴

Os dois primeiros planos analisados pela autora, Beaurepaire-Rohan, do ano de 1843, e o da Comissão de Melhoramentos, dos anos 1875 e 1876, convergem no que diz respeito a uma preocupação com a expansão da cidade, voltando seus olhares para a malha urbana e as novas edificações. Um dos comentários sobre a Comissão de Melhoramentos informa que:

A argumentação utilizada recorda bastante a (...) do Plano de Beaurepaire (...). Mas o esquema planejado é mais detalhado, tecnicamente bem justificado, e, sobretudo tem uma ambição de alcance territorial muito superior.¹⁵

Embora o Plano de Beaurepaire já apresentasse uma preocupação com a questão da higiene pública, este tema acabou se tornando mais característico dos planos subsequentes, talvez porque esta fosse a forma de diferenciar o primeiro do segundo plano, diante de tantas coincidências entre eles, que tematizam igualmente a necessidade em investir na ventilação da cidade, no escoamento das águas pluviais e na circulação entre os diferentes pontos da cidade. Outra aproximação entre os três planos era o recurso ao capital privado, o que depois se tornaria uma constante nos projetos de reforma da cidade do Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que um dos engenheiros que compunham a Comissão de Melhoramentos na década de setenta no século XIX se tornou depois o mais conhecido prefeito da história da cidade, o que por si só indicava uma continuidade entre o

¹⁴ Idem, p. 23.

¹⁵ Idem, p. 154.

segundo plano estudado por Verena Andreatta e o terceiro plano, que marcou a gestão de Passos.

Como informa a autora, a Constituição de 1891 transforma o antigo Município Neutro do Rio de Janeiro em Distrito Federal, seguindo o modelo de Buenos Aires. Logo depois seria aprovada a Lei orgânica do Distrito Federal, “pela qual o Poder Executivo Federal nomeava o prefeito, exercendo uma ampla tutela sobre ele”¹⁶. A intervenção do presidente Rodrigues Alves no grande projeto de reformas dos primeiros anos do século XX se verificou através da distribuição de responsabilidades: “Oswaldo Cruz, as sanitárias; Lauro Muller, as portuárias; Pereira Passos, as municipais; e Paulo de Frontin, as grandes obras urbanas”¹⁷.

Na avaliação de Verena Andreatta, “o Plano apresentado pelo chefe da Comissão da carta Cadastral, A. de Souza Rangel, é breve e claro”¹⁸, de modo a propor a abertura de sete eixos, que formariam a base da malha urbana remodelada. O que se observa é que nas justificativas para a abertura e alargamento de vias¹⁹ era possível encontrar os antigos aspectos abordados desde Beaurepaire e da Comissão de Melhoramentos, sendo eles: saneamento, ventilação, circulação e embelezamento da capital.²⁰ As reformas no Porto também se faziam urgentes e com um custo de quase metade do orçamento do governo federal, tendo sido finalmente financiadas pelo Banco Rothschild.

Um afã de execução imediata, de programação de obras é a característica distintiva em relação aos outros dois planos analisados, e sua subsequente realização é a causa de que a obra de Pereira Passos apareça tão freqüentemente comentada como a iniciadora da configuração do Rio atual.²¹

Maurício de Abreu em seu clássico livro “A Evolução Urbana do Rio de Janeiro” faz um esforço importante no sentido de inventariar os aspectos materiais da cidade no momento das transformações urbanas, sobretudo aquelas implementadas pelo prefeito Pereira Passos. De acordo com o autor, as reformas tinham principalmente o

¹⁶ Idem, p. 178.

¹⁷ Idem, p. 182.

¹⁸ Idem, p. 196.

¹⁹ Quatro das sete avenidas propostas já haviam aparecido nos planos anteriores, Beaurepaire e Comissão de Melhoramentos, como parte da malha urbana elementar da cidade: eram dois eixos leste-oeste e dois eixos norte-sul. A esses eixos se somavam a Avenida Beira-Mar, a atual Mem de Sá e ainda o alargamento das ruas Treze de Maio e Santo Antônio, sem falar da menina dos olhos, projetada pelo governo federal, a Avenida Central.

²⁰ Idem, p. 196.

²¹ Idem, p.196.

objetivo de pôr fim às contradições ainda presentes na trama da cidade, onde resistiam os ares coloniais.

(...) a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam também com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam “status” às rivais platinas.²²

Nesse sentido era necessário elevar a cidade-capital às novas condições modernizadoras pelas quais a república ansiava, fazendo com que aquele espaço fosse representativo da importância econômica do país como principal produtor de café do mundo, bem como dos valores cosmopolitas próprios às elites nacionais. A partir disso, se tornava imperativa a reforma do Porto do Rio de Janeiro, procurando dinamizar as relações comerciais com os outros países. Com a mesma ênfase, o autor se dedica a observar as mudanças decorrentes da introdução de novas formas de transporte, como o automóvel, mais associado à elite, que expandia a trama urbana em direção à zona sul; e o bonde elétrico, que atendia às massas nas áreas urbanizadas. Segundo o autor, o destaque que o Rio de Janeiro ganhava no contexto internacional não condizia com a imagem da cidade como um lugar infestado e abandonado às condições anti-higiênicas, de modo que se fazia necessário transformá-la “num verdadeiro símbolo do ‘novo Brasil’”²³. Este último aspecto nos aponta uma característica curiosa e ao mesmo tempo perigosa que foi agregada à cidade do Rio de Janeiro por uma parte dos acadêmicos, do poder público e do imaginário social: a de que a representação da cidade está colada à representação do Brasil através da capital. Os problemas relacionados a isso estarão desenvolvidos mais a frente, mas desde já importa atentar para o fato de que essa maneira de olhar a cidade está presente em muitas das investigações que se voltaram para ela.

O modo como a Prefeitura lidava com as contas relacionadas à desapropriação e construção de novas ruas e edifícios também aparece na pesquisa de Maurício Abreu, nos informando que:

(...) na maioria dos casos a Prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Visava com isso a venda dos terrenos

²² ABREU, Maurício de A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. p.60.

²³ Idem, p. 60.

remanescentes (e agora valorizados) após o término das obras, ressarcindo-se assim de grande parte de seus custos.²⁴

Podemos concluir, brevemente, a partir daí que havia uma preocupação da prefeitura em conciliar os progressos da engenharia civil com a nova trama da cidade, gerando uma especulação imobiliária que beneficiaria tanto a iniciativa privada como o poder público, o que, aliás, continua como prática ainda nos dias de hoje.

O geógrafo destaca ainda três aspectos que considera importantes no que diz respeito à reforma Passos: em primeiro lugar, as reformas eram um exemplo de como as mudanças na organização social acarretavam novas funções para a cidade, sendo que muitas delas só poderiam se realizar sob a condição de que as formas antigas e dissonantes do novo momento fossem definitivamente eliminadas; em segundo lugar, as reformas se tornam o ícone de intervenção estatal sobre a *urbs*; e em terceiro lugar, o período das reformas durante a prefeitura de Passos acaba por apontar para um momento paradoxal, no sentido de que, muitas vezes, a resolução das contradições do espaço acaba por gerar várias outras contradições. O próprio autor oferece um exemplo importante para este terceiro aspecto:

É a partir daí que os morros situados no centro da cidade, até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela.²⁵

Esse “momento paradoxal” se tornou o campo fértil no qual alguns jornalistas e cronistas encontraram os temas mais fervilhantes e ácidos para desenvolver nas suas linhas. Desse modo, temos que a cidade não era uma questão apenas para o poder público, mas se colocava também como questão central para alguns literatos que contribuíram, por assimilação e/ou dissonância, para a crítica do seu próprio tempo.

A historiadora Margarida de Souza Neves, com o propósito de analisar as primeiras décadas republicanas no Brasil, observa a existência de dois cenários distintos e ao mesmo tempo intrínsecos, que conferem um caráter próprio à gênese da República brasileira. Alternam-se no palco, sem desprezar os rastros deixados pelo seu oposto, “a modorra da vida do interior”, que se apresentava como o lugar de onde se fazia política, e “a vida vertiginosa do Rio de Janeiro”, que deveria ser esvaziado dos debates públicos. Para tanto, a autora lança mão de “Os Sertões” de Euclides da Cunha,

²⁴ Idem, p. 61.

²⁵ Idem, p. 61.

marcado na sua obra pelo “paradoxo entre os dois cenários e os impasses do sonho republicano”²⁶.

Ao poder federal competia, despolitizada a capital federal e mantidas sob rédea curta as multidões das cidades, governar os ventos políticos para que não se embaraçassem os fios que uniam os diferentes interesses políticos e não se rompesse o frágil, complexo e eficiente equilíbrio sobre o qual repousava a República. Esse era o segredo da ordem, que, cada vez mais, era apresentada como pré-condição do progresso.²⁷

Em seu artigo, “Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o XX”, a historiadora se dedica à análise de três momentos precisos: refletir sobre as relações entre a recente república e os sonhos de progresso e de civilização; mensurar as distâncias entre o centro e o litoral do país a partir das representações do duplo cenário; avaliar a exclusão de uma parcela da sociedade brasileira (caso específico dos portugueses) do debate político e ao mesmo tempo a manutenção das hierarquias que imprimem uma direção às questões de governo no Brasil.

O século XIX havia reorganizado o mundo de acordo com os valores repensados no âmbito dos avanços tecnológicos e das mudanças geradas a partir de então na sensação de passagem do tempo. As nações, desse modo, passaram a ocupar um lugar na linha do tempo da história linear e evolutiva, considerando os traços de desenvolvimento a partir de duas categorias: o avanço e o atraso. O caso brasileiro tomava um lugar mais atrás nessa linha do tempo, que está mais preocupada em avaliar os estados do que os processos de desenvolvimento em que se encontram cada nação. De acordo com Margarida de Souza Neves, “o problema da concepção evolucionista e linear da história reside em tratar as diferenças como se fossem desigualdades”²⁸.

Apesar do problema apontado, era justamente essa estrutura de pensamento que vigorava na passagem do século XIX para o século XX no Brasil. Dessa maneira, o país precisava se moldar de acordo com os padrões de progresso material e de civilidade, fossem eles importados do continente europeu ou dos norte-americanos. O cotidiano e as sociabilidades se viram transformadas pela inserção do universo tecnológico na esfera última da vida privada, liberando algumas horas do dia para mais investimentos na produtividade ou na fruição, o que promoveu uma sensação de tempo presente

²⁶ NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX”. p. 16.

²⁷ Idem, p.40.

²⁸ Idem, p. 23.

ampliado, escorrendo numa velocidade tamanha que sequer permitia as condições de distinção entre passado e futuro.

O tempo é visto num continuum positivo que assinala a sempre renovada conquista do progresso e da civilização. Nesse tempo retilíneo e direcionado mover-se-iam todas as nações, que se viam e eram vistas como modernas na medida em que se situassem nas recentes conquistas da época, consideradas como manifestações da primazia de seu engenho e arte.²⁹

A cidade, nesse contexto, se torna o lugar privilegiado de representação das condições ideais de civilidade. Mais do que promover a mudança, é seu atributo expressar essas mudanças. As duas portas da cidade colonial, apresentada pelos historiadores Ilmar de Mattos e Sérgio Barra, continuam a fazer da cidade-capital uma espécie de dobradiça ou porta, que coloca em relação o interior e o exterior. De fora ela recebe os sinais cosmopolitas que devem passar pela porta e alcançar o interior. Entretanto, como bem observa Sérgio Barra, promovendo um encontro com as perspectivas presentes no artigo de Margarida de Souza Neves, a cidade vertiginosa do Rio de Janeiro é uma porta por onde não passa a civilização; mais precisamente, é ali que ela se expressa.³⁰

O Rio de Janeiro assume um papel simbólico como cidade-capital que justificava a reforma urbana, apesar do esvaziamento do potencial político da cidade. A reforma devia fazer acreditar que o Brasil – metonimizado na cidade-capital – havia ingressado na era do progresso e da civilização.

Foram diversos os exemplos de como a cidade expressava a civilização. As Exposições Universais bem como a *urbs* renovada após as reformas do início do século XX tinham um caráter pedagógico no sentido de introduzirem aos comuns a nova estrutura de pensamento e comportamento no mundo. De acordo com a historiadora, a ideologia do progresso figurava como uma espécie de religião leiga³¹ que tinha como propósito primeiro religar a sociedade civil a um projeto de civilização encabeçado pela sociedade política. Comentando as experiências das Exposições – “lugares de peregrinação à mercadoria-fetice”³² – a autora afirma que “os visitantes aprenderão, ao

²⁹ Idem, p. 23.

³⁰ BARRA, Sérgio. *Entre a Corte e a Cidade. O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*. Pg.112.

³¹ NEVES, op.cit, p. 24.

³² BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. p. 64.

visitá-las, lições que resumirão as convicções daquele tempo, associarão os conceitos de progresso e civilização e assimilarão uma determinada visão da história”³³.

Está justamente na relação dialética entre os dois cenários a explicação para a sustentação de cada uma das partes: os estados figuravam como a realidade de onde se elaborava a direção do governo monopolizada por grupos bem hierarquizados; do outro lado da mesma moeda estava a cidade-capital que legitimava o presente reformador em nome de um projeto ideal ou de um sonho comum que deveria reunir a nação em uníssono.

Ainda na mesma órbita de interpretação, pode-se destacar a importância de Nicolau Sevcenko e seu livro “Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República”. No tocante a este capítulo, é relevante refazer os percursos de como o autor se volta para as motivações que desencadearam as reformas vividas na cidade do Rio de Janeiro durante o governo do presidente Rodrigues Alves. Ao mesmo tempo, Nicolau Sevcenko investe numa análise do grupo responsável por imprimir uma direção ao governo brasileiro – a chamada “República dos Conselheiros”³⁴ – que deveria restaurar a imagem conservadora e rigorosa herdada dos tempos de império e ao mesmo tempo conciliá-la com os interesses dos cafeicultores e das demandas internacionais.

Um ponto importante de aproximação entre os autores Nicolau Sevcenko e Margarida de Souza Neves pode ser observado no seguinte trecho, que aponta para uma ambigüidade constitutiva da Primeira República:

(...) resultava que a pretendida composição de um Estado-nação moderno no Rio de Janeiro só se tornava viável por meio da sustentação, por cooptação, proporcionada pelas estruturas e forças sociais e políticas tradicionais do interior do país (coronelismo, capangismo, voto de cabresto, voto de bico de pena, etc.), mais do que nunca interessadas em tirar partido do volume de riquezas e oportunidades condensadas pelo governo central. O aspirado estabelecimento do regime do progresso e da racionalidade seguia, assim, numa marcha arrastada e entorpecida pela ação corruptora da estagnação e da irracionalidade.³⁵

Dessa forma, a marcha para o progresso trazia nela mesma uma mácula de atraso que era a sua própria força promotora. Nesse sentido, tem-se que, embora o salto de um estado atrasado para outro avançado fosse norteado por um determinado modelo de

³³ Idem, p. 24.

³⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. pg. 64.

³⁵ Idem, p. 72.

civilização, a Primeira República caminhava com os pés viciados pelo modo arcaico de lidar com as questões de ordem pública e com os olhos focados num padrão estrangeiro – porque estranho – de desenvolvimento.

Havia uma necessidade imperiosa de ajustar ao menos a capital brasileira aos novos tempos. As características coloniais ainda presentes na trama da *urbs* e nos modos de estar na cidade destoavam em absoluto das demandas modernas, fossem elas da esfera política, econômica ou cultural. Era preciso introduzir na capital o vírus da modernização para que ele contaminasse todo o Rio de Janeiro e então se tornasse a mais adequada expressão da nova realidade que se queria alcançar em todo o país. Eram muitos os males diagnosticados no coração do país:

O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas fazem da febre tifóide, do impaludismo, da varíola, da febre amarela endemias inextirpáveis.³⁶

Os autores se dividem, de um modo geral, entre aqueles que verificam uma maior preocupação do governo com a expansão da cidade ou com o saneamento público. Para estas páginas, interessa mais perceber como ambos os discursos se fertilizam no terreno dos debates sobre um projeto de civilização para o Rio de Janeiro. Nesse sentido, não é objetivo resolver a querela entre engenheiros e sanitaristas, pelo contrário, o que se observa é que essas disputas políticas serviram de alimento para o volume que o projeto reformador incorporou.

Segundo o autor de “Literatura como Missão”, a capital precisava se livrar da imagem de “insalubre e insegura” para que fosse possível captar o maior número de recursos, investimentos, técnicas e mão-de-obra advindos de fora do país. Era preciso que o país, através da sua capital, se apresentasse com alguma credibilidade para que pudesse compartilhar das riquezas que circulavam pelo mundo civilizado.³⁷

Os capitais destinavam-se sobretudo a empréstimos governamentais e a instalação de uma infra-estrutura de meios de comunicação e de transporte e de bens de capital destinados ao incremento das indústrias extrativas e ao beneficiamento de matérias-primas. Esse novo imperialismo dotava, assim, as regiões de baixa ou nenhuma capitalização do equipamento produtivo necessário para adaptar-se ao ritmo e ao

³⁶ Idem, p. 41.

³⁷ Idem, p. 41.

volume da demanda européia, bem como as predispunha a uma assimilação mais vultosa da produção industrial.³⁸

A transformação visando o progresso deveria ser total, alcançando o “espaço público, o modo de vida e a mentalidade do carioca”³⁹. Além disso, ela deveria envolver toda a sociedade para que o novo estado fosse alcançado sem o risco de qualquer dissensão. Para tanto, quatro foram os princípios fundamentais que serviram de esteio para a transformação da capital, de acordo com o autor:

a condenação dos hábitos e dos costumes ligados pela memória a sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.⁴⁰

Durante o Império, a linha evolutiva da civilização brasileira não excluía o passado colonial porque encontrava nele o elemento branco que justificava a presença do Brasil no concerto das nações que compartilhavam um ideal de progresso. Em oposição a isso, a República enxergou em qualquer herança colonial, branca ou não, uma prova que atestava o atraso. Como apresenta Nicolau Sevcenko e outros autores antes citados, o novo momento aponta para “um desejo de ser estrangeiros”⁴¹ em oposição à preocupação oitocentista com a formação de uma idéia de povo brasileiro. Feito desta forma, o risco que se correu dizia respeito à dificuldade de se traduzir a modernização a partir de uma tradição, porque esta mesma se via desprezada pela direção dos novos tempos.

Em seu livro “Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro”, Barbara Freitag se dedica a pensar “as *causas* econômicas, políticas, culturais e históricas que acompanharam essas mudanças da capital”⁴² destacando-se as *consequências* acarretadas pela mudança no *status* do Rio de Janeiro. Desse modo, percebe três momentos importantes na história da cidade: quando passou à capital do vice-reinado da colônia portuguesa na América, em 1763; quando da chegada da família real e da Corte no Rio de Janeiro, em 1808; quando a capital republicana foi transferida

³⁸ Idem. p. 61.

³⁹ Idem, p. 43.

⁴⁰ Idem, p. 43.

⁴¹ Idem p. 51.

⁴² FREITAG, Barbara. *Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*. p. 22.

para Brasília, em 1960. A autora costura seus argumentos tomando como ponto de partida diferentes registros a partir dos quais as mudanças ao longo do tempo podem ser analisadas; são os tais registros: o urbanístico, o do poder e o das representações.

Por *urbanístico* a autora compreende a trama urbana introduzida, a maneira como a cidade cresce, as modificações nas suas funções, bem como o saneamento básico, questões ligadas à arborização, iluminação, trânsito, segurança pública, verticalização, entre vários outros aspectos físicos da cidade, que ela tal como Richard Sennett chama de *urbs* ou de *pedra*. Com o segundo registro – o poder –, a autora aborda as mudanças de regime político e a mobilidade dos dirigentes do país, bem como a introdução da república, da ditadura e da democracia. Segundo Barbara Freitag: “trata-se daquilo Sennett chamou de *civitas*, resgatando um conceito cunhado pelo urbanista espanhol Cerdas.”⁴³ Por fim, o registro das representações se volta para a mistura entre os hábitos, indumentária e alimentação locais com aqueles de além-mar, o que produziria o amálgama conhecido no século XX como cultura brasileira.

Ao tomar o Rio de Janeiro como caso específico, a autora elabora cerca de dez justificativas para a sua escolha e com elas busca oferecer autoridade à pesquisa que acabou elegendo o Rio de Janeiro como o primeiro estudo de caso a ser publicado. Verifica-se a necessidade de discutir ao menos duas de suas justificativas, de modo a apontar algumas divergências no trato com a história da cidade, muito embora isso não provoque um afastamento definitivo em relação aos muitos outros argumentos apresentados pela autora.

O Rio foi transformado em capital do vice-reinado em 1763, por medidas de segurança, que se tornaram cada vez mais importantes à luz das ricas jazidas de ouro, prata, diamantes e pedras preciosas encontradas no interior da colônia, nas regiões de Minas Gerais e Goiás, deslocando-se o poder econômico do nordeste agrícola (cana-de-açúcar) para o sudeste do território brasileiro. O Rio oferece um porto natural e seguro para o escoamento da riqueza, o intercâmbio com as regiões interioranas e com a metrópole e as demais colônias, como Angola e Moçambique, onde se recrutava a força de trabalho escrava.⁴⁴

As medidas de segurança citadas pela autora não se dirigiram ao Rio de Janeiro exclusivamente pelo fato das ricas jazidas de Minas Gerais oferecerem uma importância econômica que brilhava diante dos olhos da Coroa Portuguesa. Há de se observar que “o intercâmbio com as regiões interioranas e com a metrópole e as demais colônias”, citado

⁴³ Idem, p. 23.

⁴⁴ Idem, p.24.

acima, era fruto de um processo de conquista de autonomia ao qual a cidade do Rio de Janeiro se dedicou durante os dois séculos anteriores a 1763 e que ameaçava, do ponto de vista hegemônico, o poder da metrópole sobre toda a extensão do território colonial. Como ficará claro um pouco mais adiante, a transferência da capital para o Rio de Janeiro representa o pontapé de um movimento histórico que associou cada vez mais a figura da cidade à figura do país e que constrangeu um dos registros mais importantes da identidade da cidade, a sua potência autônoma, na medida em que os olhos reguladores da metrópole, e depois do Império e da República, se instalaram naquela que agora acumulava a função de capital.

A outra justificativa apresentada por Barbara Freitag que precisa ser colocada em debate interessa muitíssimo para as páginas que se seguem, de modo que o comentário não se esgotará nas linhas imediatamente a seguir:

Como em 2014 o Brasil vai sediar a Copa do Mundo de Futebol, dando destaque ao Rio de Janeiro, futura sede das Olimpíadas de 2016, a antiga capital agora tem a chance única de mostrar seu potencial cultural e histórico para resgatar sua “capitalidade”, compreendida como aquele atributo que certas cidades têm de construir a síntese e a caixa de ressonância de sua nação, ainda que não sejam capitais políticas.⁴⁵

A onda de megaeventos – Rio+20 (2012), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) – que o Rio de Janeiro sediará nos próximos anos tornou ainda mais viva a relação entre a cidade e a nação brasileira. Atualmente, nas rádios, o que se ouve é que “o Rio de Janeiro é a marca registrada do Brasil”, o que confirma o franco propósito do poder público relacionar os megaeventos à figura do país através do espaço metonímico que a cidade assume. Mais uma vez, afirmo que esse modo de olhar para a cidade não foi exclusividade das esferas públicas, mas esteve presente nos trabalhos acadêmicos que se dedicaram a pensar a história da cidade e também no imaginário da sociedade carioca, que se vê como aquela que melhor sintetiza a cultura brasileira.

A partir dessa questão, ainda mais acesa contemporaneamente, o artigo “Em algum lugar do passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro”, de Antônio Edmilson Martins Rodrigues, publicado nove anos atrás, ganha neste momento um renovado fôlego ao se posicionar na contramão do cânone entronizado por aqueles que só observam a cidade a partir dos limites da nação. Ao perceber que nas últimas décadas o Rio de Janeiro esteve em voga nos estudos acadêmicos, o autor se lança numa revisão dos trabalhos, inclusive a sua tese de livre-docência, tendo como norte o objetivo de

⁴⁵ Idem, p. 26.

“encontrar elementos que pudessem acentuar a identidade da cidade e valorizar um espírito carioca que fugia por entre os dedos dos pesquisadores”⁴⁶. Em seguida ele escolhe o lugar que motiva a sua fala, o *fin-de-siècle*, e a porta de entrada para tal lugar, a aproximação entre literatura e história. Do lado da história, uma das preocupações principais era “resgatar a memória histórica da cidade e descrever a construção da esfera de poder e da cultura”, o que foi motivado pelo fato de sempre se associar o início do processo de modernização do Brasil com o início do processo de modernização da cidade, como se ela fosse uma espécie de microcosmo da nação, de modo que qualquer interpretação sobre a cidade estaria se remetendo simultaneamente a uma interpretação do Brasil. A segunda principal preocupação é:

a de utilizar todos os resultados para fundamentar a idéia de que a modernidade carioca se constituiu numa nova fundação do Brasil, partindo da condução política do Rio de Janeiro, caixa de ressonância da política nacional. O equívoco desta segunda preocupação está em estabelecer uma coincidência entre o lugar onde se tomam as decisões e o alcance das mesmas, tanto no sentido de sua produção como do de sua aplicação.⁴⁷

O problema da literatura se relaciona muito intimamente com os anteriormente citados porque, segundo o autor, a literatura brasileira no século XIX se construiu sobre “o conjunto de valores da nação”⁴⁸. “Não, há, no limite, uma literatura, há uma história feita através da literatura”⁴⁹, o que contribuiu para aumentar a confusão entre os temas particulares à cidade e os temas propriamente brasileiros. O discurso literário e histórico no século XIX e na virada para o século XX no Brasil estava marcado pela necessidade de conformar uma unidade de narrativa, uma feição homogênea, ou como diria Antônio Edmilson Martins Rodrigues, um “ideal de hegemonia”, que:

esconde tudo que pode aparecer como conflito, estabelecendo o primado da ordem como aquele que, exemplarmente, está constituído pela cidade-capital. (...) A cidade do Rio de Janeiro, durante esse período, veicula a imagem de progresso e conciliação, fazendo com que aconteam para ela todos os acontecimentos de peso histórico, ou seja, aqueles que determinam mudanças.⁵⁰

⁴⁶ RODRIGUES, op.cit.2002, p. 13.

⁴⁷ Idem. p. 14.

⁴⁸ Idem, p. 15.

⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰ Idem, ibidem.

Entretanto, a literatura não se resumiu a isso oferecendo por dentro dela uma crítica a esse movimento que se pretendia a única forma de construir sentido, apresentando a tensão existente entre uma literatura brasileira e outra nacional; ou seja, uma literatura que conseguisse conjugar valores locais e universais simultaneamente e outra que se inspirasse e limitasse exclusivamente nos fatos nacionais.⁵¹

Assim, Antônio Edmilson lança seu olhar sobre a cidade das letras, que, a partir de um jogo muito complexo, por vezes representava a releitura daquele “ideal de hegemonia”, mas por outras apresentava as fendas próprias àquele ideal, mostrando como a cidade, e também a literatura e a história, na tentativa de criar sentido para si, se envolve numa tensão paradoxal entre a observação das heterogeneidades e a persistência na construção de modelos homogêneos.

O segundo movimento do autor é permeado pela busca de identidade(s) para a cidade, de modo que ele constrói um percurso desde o momento da sua fundação no século XVI até o século XX. A dupla fundação da cidade se apresenta como uma singularidade porque aponta para o fato de ela ter sido, como já dissemos antes, “idealizada e projetada antes de existir enquanto realidade física” e por isso mesmo a cidade tem aí uma das suas primeiras identidades: é uma cidade de luta, de embate. Não apenas entre homens ou com a natureza, mas um embate entre utopias. Desse modo:

A presença do homem, da natureza e do interesse de fundar uma cidade produziram descobertas que anunciavam um destino que, embora pudesse estar vinculado ao processo de organização do domínio português na América, desde o primeiro momento, demonstrou a sua qualidade de *autonomia* que dificultaria, daí em diante, a domesticação da cidade e de seus habitantes.⁵²

A autonomia, de que o autor fala, se justifica pelo fato de a cidade do Rio de Janeiro ter sido uma cidade de colonos aberta para o mundo, de modo que não se limitou nem a um porto ou uma feitoria. Por conta da sua vocação mercantil, não obedecia ao exclusivo português, se permitindo fazer comércio com todos que passassem por ela, o que a tornou cosmopolita. Além disso, se vinculou à produção, o que dinamizava o comércio de exportação, e também conformava uma região de abastecimento:

⁵¹ Ver: ASSIS, Machado de. “Instinto de Nacionalidade”.

⁵² RODRIGUES, op.cit.2002. p. 18. [Grifo meu.]

Crescimento urbano, aumento da riqueza mercantil e estabelecimento da expansão promotora do desenvolvimento de uma área de abastecimento da cidade (...) aumentou a sua autonomia pois, a cidade, passava a produzir o que consumia.⁵³

A autonomia, portanto, compõe ao lado da capitalidade⁵⁴ as principais identidades exploradas pelo autor. O conceito de capitalidade, entretanto, pode ser apresentado através de dezenas de versões, de modo que tais versões se organizam basicamente entre aquelas que associam o incremento da capitalidade à crescente associação entre cidade e nação; e uma outra, a qual estas páginas se filiam, que entende a capitalidade como “a condição de ser um centro articulador de políticas que, no limite, assumia a qualidade de vanguarda no processo de estruturação dos interesses dos colonos”⁵⁵. Isso significa dizer que no Rio de Janeiro dos séculos XVI, XVII e XVIII houve uma experiência autônoma não apenas no âmbito econômico, mas também no âmbito político, de modo que os colonos não se sentiam representados pela Coroa e, através do governo dos interesses específicos da cidade, criaram um espaço político exemplar que tanto servia de guia para as províncias próximas como de modelo para a colônia, o que, com o passar do tempo, ofereceu um crescente risco à hegemonia da metrópole, justificando por isso, entre outras coisas, a transferência da capital de São Salvador para a cidade do Rio de Janeiro em 1763.

Este foi o primeiro golpe na autonomia e na capitalidade do Rio de Janeiro, que se viu a partir de então “limitada em sua ação pela presença da coroa portuguesa”⁵⁶. Com a presença das instituições metropolitanas não só aumenta a fiscalização sobre os colonos – o que acarretou na tardia incorporação da cidade ao pacto colonial, promovendo depois a mudança da base econômica da cidade, vinculada a partir desse momento à escravidão e à grande propriedade – mas também a identificação com Portugal, de modo que a cidade não atende mais àquela característica da vanguarda, sobretudo em relação às demais províncias, que passam a olhar para ela com desconfiança⁵⁷. O segundo golpe, ou a pá de cal, sobre a capitalidade⁵⁸ foi lançado com

⁵³ Idem, p.19.

⁵⁴ O conceito de capitalidade que se desenvolveu entre os acadêmicos brasileiros, qualquer que seja ele, é, sem dúvida, devedor da formulação teórica sobre as cidades-capitais de Giulio Argan – arquiteto, historiador da arte e prefeito de Roma entre 1976 e 1979.

⁵⁵ RODRIGUES, op.cit.2002. p. 18.

⁵⁶ Idem, p.22.

⁵⁷ Idem, p.22-23.

⁵⁸ Entendemos que, neste momento histórico, houve um deslocamento do conceito de capitalidade para um de seus elementos possíveis, a centralidade, que vem a ser: “a propriedade de uma cidade ser o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país. Esta qualidade

a transferência da Corte Portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808. Logo depois daquele momento, a cidade do Rio de Janeiro se tornaria, mais do que a capital do Brasil, a capital de um império transatlântico. Na viagem para o Brasil o príncipe regente não foi acompanhado apenas da sua mulher, Carlota Joaquina, seus nove filhos e alguns membros da corte; o embarque naquele novembro de 1807, em Lisboa, não significava apenas a retirada estratégica da família real de Portugal por conta da ameaça francesa, mas, para além disso, “era, sim, a sede do Estado português, que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, seus arquivos e funcionários.”⁵⁹

Tudo isso justifica o fato de neste momento o Rio de Janeiro ser apelidado de *Nova Lisboa*. Como esclarece em seu livro, “Entre a Corte e a Cidade”, Sérgio Barra afirma que “em vez de regalias e privilégios, [o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro] trouxe-lhes [às outras províncias], ao contrário, um excesso de cobranças e imposições”⁶⁰ e confirma seu argumento com a seguinte citação exemplar:

A fim de custear as despesas de instalação de obras públicas e do funcionalismo, aumentaram os impostos sobre a exportação do açúcar, tabaco, algodão e couros, criando-se ainda uma série de outras tributações que afetavam diretamente as capitanias do Norte, que a Corte não hesitava ainda em sobrecarregar com a violência dos recrutamentos e com as contribuições para cobrir as despesas da guerra no reino, na Guiana e no Prata. Para governadores e funcionários das várias capitanias parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio.⁶¹

Na passagem do século XVIII para o XIX a cidade do Rio de Janeiro sente, em um intervalo de menos de cinquenta anos, o peso de representar a colônia e a metrópole. No século seguinte, a cidade sentiria o peso da República brasileira, que em oposição ao passado colonial e imperial, se queria moderna e atualizada de acordo com os modelos de progresso disponíveis nos Estados Unidos e na Europa.

Nem cidade moderna nem mais uma cidade colonial. Diferentemente das capitais européias, diante da modernidade provocada pelo desenvolvimento de estruturas de produção e consumo capitalistas, o que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX ao século XX, foi a adaptação da cidade aprisionada a uma nova etapa do desenvolvimento da nação, agora republicana.⁶²

dispensa, ainda que não exclua, a condição de capital.” Ver: André Nunes de Azevedo. “A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica.”, p.17.

⁵⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. p.210-211.

⁶⁰ BARRA, op.cit, p.121.

⁶¹ DIAS, Maria Odila. Apud: BARRA, Sergio. p. 121.

⁶² RODRIGUES, op.cit, 2002, p. 25.

A bela época carioca, de acordo com Antônio Edmilson, esteve marcada, em parte, por uma artificialidade oriunda da incorporação dos modelos externos sem que estes fossem completamente traduzidos pela tradição. A necessidade de embelezar a cidade, de retirar dela qualquer elemento que ofendesse a “sensibilidade de um homem civilizado”, de adequá-la a projetos de desenvolvimento e a resultados modernos promoveu ainda mais dois movimentos que já eram anteriores ao século XX: o primeiro deles se relacionava à idéia de que o Rio de Janeiro se tornava a vitrine do Brasil; o segundo deixava latentes as contradições existentes na cidade, que deveriam ter sido superadas com a modernização, mas que, ao contrário, se tornaram ainda mais evidentes por conta da tentativa de homogeneização do espaço:

A civilidade do centro urbano acentuou o reconhecimento da pobreza das outras regiões da cidade. As crises e os movimentos sociais sucediam-se e maculavam a grande obra, denunciando o seu caráter excludente e artificial.⁶³

A denúncia dessa artificialidade poderia ser observada entre alguns literatos cariocas, que se dedicaram a pensar a cidade, como é o caso de João do Rio, que através da sua sensibilidade pôde investigar, estudar, analisar, e também sentir, a tensão moderna e seus resultados em descompasso. Justamente por isso, Antônio Edmilson se volta para a literatura como um campo fértil para o diálogo com a história, servindo de norte para estas páginas. A investida no campo literário foi de tal monta que o autor não se limitou à obra do cronista João do Rio, mas se debruçou sobre a obra de Machado de Assis, o que nos ajuda a compreender porque afirmamos acima que “a bela época carioca (...) esteve marcada, *em parte*, por uma artificialidade oriunda da incorporação dos modelos externos sem que estes fossem *completamente* traduzidos pela tradição.” A experiência de Machado de Assis na cidade do Rio de Janeiro nos permite ver que uma *outra parte* da incorporação dos modelos externos se deu de forma original, permitindo a tradução pela tradição:

É de qualquer forma surpreendente a capacidade de recepção que Machado tem da modernidade, dos recursos que ela oferecia, sem nunca ter tido contato com a realidade concreta desses espaços modernos europeus. Isso aumenta a minha consideração por ele, pois além de autodidata também era capaz de entender o que se passava no mundo. Essa condição, além de ilustrar a sua inteligência, demonstrava que a renovação de valores na cidade do Rio de Janeiro não era artificial. A cidade, por mais radicais que fossem os seus contrastes, esmerava-se em ser a capital ilustrada e moderna do Brasil.

⁶³ RODRIGUES, idem, p. 31.

Boa parte da sabedoria moderna de Machado vem dessa experiência urbana do Rio de Janeiro e de suas transformações civilizatórias. Não há como negar isso. Esse movimento de mudanças que associava a cidade às cidades das multidões transformava as ruas em laboratórios para as pesquisas psicológicas de Machado, assim como fundaram a possibilidade de um mundanismo que produziu temas para a explosão da crônica moderna.⁶⁴

A cidade do Rio de Janeiro, portanto, não nos permite que a sintamos e pensemos sobre ela como uma síntese de contrários, oposições, dicotomias. A tensão como marca da cidade está presente inclusive na necessidade de assumir a complexidade como uma forma de ser tocado por ela e de se lançar ao entendimento dela, o que confirma o seu temperamento feminino.

Em um diálogo muito próximo com o historiador Antônio Edmilson Martins Rodrigues, o artigo “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana” de André Nunes de Azevedo busca esclarecer que sob a notoriedade criada em torno do nome e da gestão Pereira Passos, na realidade, era possível distinguir projetos muito distintos para a cidade. Elucida a questão afirmando que a produção de alguns historiadores sobre a primeira década do século XX no Rio de Janeiro avaliou os anos entre 1903 e 1906 “como um bloco monolítico no cumprimento do intuito de excluir as camadas populares do centro da cidade, em uma verdadeira trama urdida pela burguesia brasileira e orquestrada pelo prefeito Pereira Passos”⁶⁵, de modo que:

Obras como as de Jaime Larry Benchimol, Lia de Aquino Carvalho, Maurício de Abreu, Niemeyer Lamarão e Oswaldo Porto Rocha respondiam ao apelo à redenção da cidade do Rio de Janeiro, uma urbe historicamente marcada pela presença do Estado e de suas ações autoritárias no seu espaço urbano. Esses trabalhos procuravam denunciar a associação do grande capital privado com o Estado brasileiro no início do século XX, a fim de aburguesar o espaço urbano em detrimento das camadas populares.⁶⁶

Segundo, André Azevedo, o presidente Rodrigues Alves, deixava claro já no seu discurso de posse os intuítos em relação ao Rio de Janeiro, então capital da República. A reforma urbana anunciada aí tinha como principal objetivo melhorar a imagem da cidade, sobretudo para o exterior, observada como vitrine do país, com a finalidade de dinamizar a economia, que a essa altura dependia do bom funcionamento do fluxo portuário. Fosse com o pretexto de estimular a imigração de estrangeiros, que servissem de mão-de-obra em substituição aos escravos, ou com o interesse de aumentar a

⁶⁴ RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. “As artimanhas do Bruxo: os caminhos e descaminhos da sorte e da fortuna em Machado de Assis.” p. 64.

⁶⁵ AZEVEDO, André Nunes. “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana.” p. 40.

⁶⁶ Idem, p.40.

arrecadação fiscal através das importações feitas pelo porto do Rio de Janeiro⁶⁷, “na visão de reforma de Rodrigues Alves, a modernização do porto era concebida como a obra de maior relevância. As demais foram concebidas em função desta, pensada como o centro do plano de intervenção urbana federal.”⁶⁸.

Entretanto, os problemas da cidade não se restringiam ao porto arcaico, que tinha como uma de suas características um sistema de transbordo demorado e custoso porque obrigava que os navios estrangeiros de grande calado atracassem distante do cais, por conta dos limites de profundidade, fazendo com que tanto as mercadorias como os passageiros tivessem de ser transferidos para barcos menores para que chegassem a terra. Além disso, a cidade tinha fama de pestilenta⁶⁹, de modo que muitos estrangeiros evitavam sair das embarcações e, em casos mais graves, deixava-se inclusive de se fazer acordos de compra para se evitar o porto carioca, havendo uma fatia importante desse comércio que se dirigia diretamente para Buenos Aires.

Além dos problemas do porto e das doenças, o sistema de distribuição das mercadorias para dentro da cidade estava limitado pela inexistência de avenidas largas, que ligassem o porto a pontos estratégicos da cidade. Vale lembrar que as ruas eram estreitas e o trânsito da via ficava interrompido se qualquer veículo tivesse de parar para descarregar mercadorias. Com isso:

Associada às obras do porto estavam as aberturas da Avenida do Cais – futura Rodrigues Alves –, da Avenida do Mangue – posteriormente Francisco Bicalho – e da Avenida Central - renomeada em 1912 como Rio Branco. Essas três avenidas foram concebidas para constituir um sistema viário destinado a melhor absorver as atividades de distribuição de mercadorias oriundas do porto. Assim, a Avenida do Cais facilitaria a distribuição comercial para os sentidos norte e oeste da cidade, ao passo que a Avenida Central cumpriria o mesmo, mas para com os sentidos sul e centro da cidade.⁷⁰

⁶⁷ André Nunes Azevedo explica em seu artigo, “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”, que “tal reforma jogava um papel decisivo nos planos de equilíbrio orçamentário da União, pois a constituição Republicana previu a sustentação do equilíbrio fiscal da Federação brasileira pelo artifício de conceder aos estados o direito à captação dos impostos sobre as suas exportações, ao passo que a União caberia a arrecadação dos impostos sobre as importações. Como na época o Rio de Janeiro era o principal centro consumidor de produtos importados, a ampliação do porto da capital e a construção de uma estrutura viária para o escoamento dos seus produtos pela cidade tornavam-se fundamentais na estratégia de saneamento econômico do governo de Rodrigues Alves (...)” Ver: André Nunes de Azevedo. “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana.” p. 37.

⁶⁸ Idem, p.41.

⁶⁹ A cidade era conhecida como “o tumulto dos estrangeiros” e era foco de doenças como febre amarela, febre tifóide, impaludismo, varíola, peste bubônica e tuberculose.

⁷⁰ Idem, p.39.

De acordo com André Azevedo, a reforma do porto se torna uma espécie de ícone do progresso brasileiro, na medida em que a partir dali se daria o desenvolvimento econômico da capital, vista pelos governantes à época como símbolo de todo o país. A integração das três avenidas era fundamental para que a cidade se abrisse para o exterior e fixasse à sua imagem o caráter cosmopolita, abrindo as portas de casa, esperando de braços abertos, tudo o que chegava de fora:

A Avenida do Cais fora projetada com 3.090 metros de extensão e 40 metros de largura, contando com um refúgio ao centro. Iniciava-se na Praça Mauá, que a separava da Avenida Central, estendendo-se até o início da Avenida do Manguê. Ao longo de seu eixo apresentavam-se três faixas longitudinais de armazéns, uma próxima ao cais, outra externa, separada pela avenida e uma terceira, intermediária, junto às linhas ferroviárias.⁷¹

Nesse sentido, fica evidenciada aí a postura agroexportadora que o país deveria continuar assumindo em detrimento dos investimentos na indústria nacional; e não poderia ser diferente uma vez que o presidente Rodrigues Alves fazia parte da aristocracia cafeeira paulista, que é nessas primeiras décadas do século XX a condutora das questões políticas e econômicas do país.

Para que a reforma da cidade fosse feita, Rodrigues Alves distribuiu as responsabilidades entre algumas figuras, que acabaram apresentando “intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos”⁷², como veremos adiante:

Logo após a indicação do engenheiro Passos, Rodrigues Alves confere-lhe autonomia para projetar uma reforma urbana para o Rio de Janeiro, facultando-lhe, inclusive, governar os seis primeiros meses de seu quadriênio com a Câmara Municipal fechada. Em paralelo, Rodrigues Alves, por intermédio de seu ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, designa um membro ilustre do Clube de Engenharia, Francisco Bicalho, para modernizar o Porto do Rio de Janeiro e operar uma reestruturação urbana na região portuária da cidade, a fim de permitir um melhor sistema de distribuição das mercadorias do porto pela cidade.⁷³

Além desses nomes, mais um se somou ao fim do ano de 1903, quando foi aprovado o funcionamento da Comissão Construtora da Avenida Central pelo então ministro da Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, designando Paulo de Frontin, que neste momento era o presidente do Clube de Engenharia, para

⁷¹ Idem, p.39

⁷² Idem, p.70

⁷³ Idem, p.36

encabeçar as obras daquela que se tornaria mais tarde o grande ícone das reformas realizadas entre 1903 e 1906.

De acordo com André Azevedo, o projeto de reforma do porto e das vias próximas está alinhado a uma visão de cidade dos seus mentores – Lauro Müller e Francisco Bicalho –, que tem como principal referência o progresso material, porque “pensavam a ordenação urbana da cidade pela retificação de suas vias e pela pouca reverência para com a tradição da cidade”:

Tal ordenamento da área portuária conquistada ao mar expressava a *visão mecanicista* de urbanização dos seus mentores, nas quais um conjunto de vias retas e simétricas entre si operavam ligações objetivas, sem margem para sinuosidades e curvas que estabeleciam alternativas nas ligações viárias. Pensava-se em caminhos determinados de maneira franca, nos quais não restariam dúvidas quanto a que sentido seguir e no que se encontraria ao término de cada via. Era a idéia de verdade transistórica da ciência e da técnica sustentada pelos engenheiros da Comissão de Obras do Porto que se traduzia de forma urbanística. Para estes, a verdade seria sempre um substantivo singular, não admitindo possibilidades diversas e nem mesmo relativização diante do tempo, de uma historicidade.⁷⁴

(...) uma visão mecanicista de cidade, na qual a organização viária da urbe deve dar-se em uma relação de parte com parte, por uma razão funcionalista. De acordo com tal perspectiva, a ordenação viária opera-se de maneira causal, isolando a solução de uma demanda urbana da cidade enquanto um todo. Assim, a parte pode ganhar uma relevância maior que o todo integrado da urbe, alcançando ela mesma importância superior ao conjunto urbano, uma vez que ocuparia uma função primordial na cidade, como foi o caso da obra do porto no contexto da reforma urbana federal.⁷⁵

Do outro lado da visão mecanicista, de acordo com os argumentos de André Azevedo, estava Pereira Passos, que, através da prefeitura, dirigiu as reformas com base em referências distintas daquelas citadas acima. Apesar de articulados com os projetos mais específicos do governo federal, a atuação de Pereira Passos e do chefe da Comissão da Carta Cadastral, Alfredo Américo de Souza Rangel, esteve direcionada a uma reformulação do sistema viário da cidade, através do prolongamento e/ou alargamento de ruas do centro e da zona sul⁷⁶. Vale ressaltar que, para tanto, foi

⁷⁴ Idem, p. 38. [Grifo meu.]

⁷⁵ Idem, p. 45.

⁷⁶ A reordenação viária da cidade foi planejada, de acordo com André Azevedo, a partir de cinco objetivos principais, todos eles voltados para a melhoria do trânsito na cidade: o primeiro deles visava desobstruir a circulação entre o centro e a zona sul, com a construção da Avenida Beira-Mar; o segundo deles ligava o litoral do centro aos bairros do oeste da cidade, abrindo um caminho que começava na rua da Assembléia, passava pela rua da Carioca, pela praça Tiradentes, da República, pela rua Visconde do Rio Branco e finalmente pelas ruas Frei Caneca e Estácio de Sá; o terceiro visava ligar os bairros do centro à zona norte, criando uma ligação do Boulevard de São Cristóvão à rua Marechal Floriano; o quarto objetivo era ligar a região portuária a uma região mais tradicional do centro, Gamboa e Saúde,

necessária a demolição⁷⁷ de dezenas de trechos na região central da cidade, oferecendo a ela uma intervenção plástica na sua feição arcaica. Para o historiador, é justamente na reelaboração do sistema viário que se pode observar a *visão organicista* que o prefeito tinha da cidade, que:

idealizava a cidade como um corpus continente de diversos órgãos vitais, no qual é fundamental a ligação destes para o funcionamento harmônico do corpo urbano. Sendo assim, a idéia de integração urbana rege o processo de urbanização, pois a cidade passa a ser vista com suas funções interligadas, uma vez que é percebida como uma totalidade, um verdadeiro organismo que justifica o sentimento de existência dos diversos órgãos interligados que o sustentam.⁷⁸

Somada ao traço organicista da visão de Passos sobre a cidade estaria ainda uma concepção culturalista da cidade que, de acordo com André Azevedo, se explica pela tentativa de conjugar a necessidade de modernização do espaço urbano e ao mesmo tempo valorizar a sua tradição. Assim, para o prefeito Pereira Passos, mais do que a importância de um local preciso da cidade, como o porto, ou de um âmbito apenas, como o econômico, importava toda a dimensão da cidade e da sua sociedade, compreendidas como um organismo que funciona bem na medida em que pode se articular por dentro, inclusive numa relação com o seu passado histórico.

Entretanto, o que se observa é que no cabo de guerra com governo federal este tinha mais força política e conseguiu imprimir, muitas das vezes, a prevalência do seu sentido para a capital. Por outro lado, o próprio prefeito Pereira Passos se colocado na balança entre a tradição e os sinais de modernização pendia para o segundo, como é possível verificar através da herança que deixou com a sua gestão⁷⁹.

através da Rua da Prainha e do Sacramento; o quinto objetivo era ligar os bairros da zona sul com a região oeste da cidade, passando pela Lapa. Outras intervenções foram feitas no centro, além da canalização de alguns rios e da abertura do “túnel Velho”, do arruamento da Avenida Atlântica, entre outras no Leme e em Copacabana. O prefeito tentaria ainda interligar regiões mais afastadas do centro, como bairros do subúrbio carioca.

⁷⁷ Segundo André Azevedo, como exemplo das demolições temos todo o lado par das ruas da Assembléia, da Carioca, além de um trecho do lado par da Rua Frei Caneca. Foram demolidos também todos os prédios da rua estreita de São Joaquim e também da rua Uruguaiana, bem como todo o lado par da rua Visconde de Inhaúma.

⁷⁸ Idem, p. 44.

⁷⁹ Acredito que o historiador André Azevedo reafirmaria que, se posto nessa balança, Passos penderia para o primeiro elemento – a tradição. Possivelmente, argumentaria dizendo que o prefeito tinha uma postura de respeito em relação aos lugares que haviam se tornado referências da cidade, como é o caso do Morro do Castelo, do edifício da Câmara Municipal, da tentativa de construir o Theatro Municipal onde funcionava o Theatro São Pedro de Alcântara e ainda por integrar a cidade ao mar, através da Avenida Beira-Mar, que era uma reverência à constituição natural da cidade. Pg.47-48. Por outro lado, a perseguição às vacas leiteiras, aos ambulantes, aos quiosques, aos descamisados que andam na rua, ao

André Azevedo, portanto, associa a direção das reformas pelas mãos do governo federal a uma preocupação com o progresso material da cidade, enquanto a direção das reformas pela prefeitura se relacionaria mais intimamente com uma valorização da cultura:

A afirmação acima (...) vem ratificar a tese de que a reforma urbana conduzida por Pereira Passos, distintamente de sua congênere federal, foi concebida e operada tendo a idéia de progresso subordinada à idéia de civilização que, como se pode deduzir por meio da análise lexicográfica dos dicionários da época, traz no seu cerne a idéia de cultura.⁸⁰

A concepção de civilização defendida pelo prefeito Pereira Passos “consistia fundamentalmente na manutenção de uma civilidade urbana burguesa (...); no fomento à atividade estética e cultural, na reverência a um passado e no respeito à lei e à ordem pública estabelecidas pelo Estado através de uma elite política ilustrada”⁸¹, da qual o próprio prefeito fazia parte. Neste momento, pode-se observar um impasse relacionado à reverência à tradição que, de acordo com o historiador André Azevedo, o prefeito apresentava em decorrência da sua concepção culturalista da cidade:

Ser civilizado em uma grande cidade seria sobretudo enquadrar-se nos códigos burgueses de civilidade, associados a posturas pertinentes ao senso de individualidade, ao reconhecimento da legitimidade do espaço privado e da percepção do espaço público como um espaço que deve ser utilizado a partir da observação às regras estabelecidas por leis. *No entanto, tais leis eram fixadas a despeito de elementos da tradição popular da cidade, pois eram feitas pela elite urbana do Rio de Janeiro (...).*⁸²

Por ter o desenvolvimento de uma civilidade urbana como meta principal, mesmo que esta se desse em detrimento da tradição, o prefeito se dedica a buscar ensinar os padrões de civilização àqueles grupos sociais que não aderiram imediatamente à sua concepção. Nesse sentido, toma o centro da cidade reformado como o *locus* privilegiado no sentido de se tornar exemplar. Para tanto, toda a sua dedicação em reformular a rede viária da cidade seria fundamental uma vez em que o trânsito entre diversas regiões da cidade estaria, a partir de então, facilitado, permitindo que o operário que morasse nos bairros mais afastados pudesse aprender as regras do

entrudo, além da demolição de vários edifícios de arquitetura colonial apresentam outras preocupações do prefeito, deslocadas da tradição.

⁸⁰ Idem, p. 46.

⁸¹ Idem, p. 49.

⁸² Idem, p. 50. [Grifo meu.]

jogo ao visitar o centro. Mais do que isso, o operário depois dessa iluminação retornaria para o seu bairro capacitado para inscrever também ali os mesmo padrões de civilidade que encontrara nas ruas do centro⁸³.

Desta forma, a reforma Passos não buscou excluir a presença das camadas populares do centro, mas integrá-las de maneira conservadora, ou seja, estimulando a participação destas no centro urbano a partir de sua adesão a uma visão de mundo e, por conseguinte, comportamento burguês europeu.⁸⁴

Muito embora a visão organicista do prefeito estivesse confirmada, seu propósito civilizador avançava de tal forma sobre a cidade que ela, como carne e pedra, se viu num embate que apontava basicamente para três caminhos: aderir a tal visão de mundo, composta de maneira homogênea, ou seja, não deixar espaços para as diferenças; resistir através da manutenção das tradições e preservar ou criar espaços dissonantes em relação ao projeto de civilização; ou ainda, de modo muito complexo, buscar conjugar as duas coisas, através de diferentes leituras da civilização pelas sociabilidades mais tradicionais, de modo que se recusasse a cópia, mas se estimulasse a assimilação costurada por dentro das *especificidades* cariocas.

2.3

A cidade e a capital entre progresso, civilização e cultura

Há duas desconfiças que balizam estas páginas, e elas estão relacionadas: num determinado momento, definitivamente, a capital do Brasil avança sobre a cidade do Rio de Janeiro, assim como a civilização avança sobre a cultura. Esse avanço de uma coisa sobre a outra faz pensar na idéia de descompasso porque nem a cidade nem a cultura desaparecem, na verdade, parece que elas se intimidam. Entretanto, permanecem na relação de tensão com seus pares, e é justamente dessa negociação constante que se escreve a história do Rio de Janeiro, especificamente, nas primeiras décadas do século XX. É interessante observar como essa história se escreve desde muitos anos antes e, de muitas formas, insiste até hoje:

(...) redundou numa política de ampliação da malha urbana da cidade e de sua qualificação como cidade-capital. A política dos vice-reis (1763-1808) manteve uma preocupação de modernização para a cidade, aparelhando-a para melhor atender as

⁸³ Idem, p. 52.

⁸⁴ Idem, p. 55.

demandas da coroa portuguesa. Só que essa política que foi uma tentativa de envolver os colonos no conjunto das políticas metropolitanas marcou definitivamente a perda da sua identidade como cidade de colonos.⁸⁵

A necessidade de equipar a capital – de colonos, da corte e republicana – com os sinais modernos e de fazê-la se equiparar às demais capitais no mundo ocidental, fez com que o Estado interviesse no seu processo de desenvolvimento, buscando alcançar um novo estado de coisas, mais adequado ao projeto civilizador universal. Progresso e civilidade – vistos ou não como componentes ou sinônimos de civilização – despontavam como pré-requisitos inegociáveis durante o século XIX.

O desenvolvimento tecnológico e uma nova subjetividade moderna levaram os homens do século XIX a buscar espaços renovados para atuarem e, ao mesmo tempo, a relação desses homens com o espaço onde vivem gera uma renovada experiência urbana, que ganha como característica a transitoriedade.

Comparativamente, para a nova cultura, a cidade não tinha um locus temporal estruturado entre passado e futuro, e sim um atributo temporal. A cidade moderna oferecia um *hic et nunc* eterno, cujo conteúdo era a transitoriedade, mas cuja transitoriedade era permanente. A cidade apresentava uma sucessão de movimentos variegados, fugazes, e cada um deles deveria ser saboreado em sua passagem da inexistência ao esquecimento. Para essa visão, a experiência da multidão era fundamental: todos os indivíduos eram desarraigados, únicos, todos unidos por um momento antes de partirem cada um para o seu lado.⁸⁶

“Em toda a sua história, a cidade resulta composta pelo entrelaçamento de temporalidades diversas”⁸⁷, e no caso das cidades do século XIX e do início do século XX, essas temporalidades ganham, para além do caráter da aceleração, uma necessidade de presentificação de ideais elaborados ainda no século XVIII com os iluministas. A cidade das virtudes iluministas é a cidade ideal que se espera construir no século XIX, o que significa que ela serve como contraponto à cidade que existe então, a cidade real. Essas virtudes vão servir como medida para se observar as falhas e as faltas nas cidades construídas até esse momento, de acordo com o que declara Argan:

A chamada cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real (...). (...) A hipótese da cidade ideal implica o

⁸⁵ RODRIGUES, op.cit.2002, p. 22.

⁸⁶ SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história. Indagações na passagem para o modernismo*. p.67.

⁸⁷ ARGAN, Giulio Carlo. *Historia da arte como historia da cidade*. p.83.

conceito de que a cidade é representativa ou visualizadora de conceitos ou de valores (...).⁸⁸

Embora o Rio de Janeiro não estivesse em pé de igualdade em relação às principais capitais ocidentais, a necessidade de modernização, tal como era uma questão de ordem civilizar-se, se fez presente aqui e em muitas capitais e cidades do mundo, que elaboraram planos urbanísticos no sentido de realizar o projeto de cidade ideal. A questão que – envolvia espaço público e privado e – era de fundo político-econômico-social-cultural ganhou os ares da neutralidade de debate a partir dos discursos técnicos que conquistaram espaço decisivamente a partir do século XIX.

Havia a necessidade de acabar com as desconfianças. Neste contexto, ganharam importância os laudos técnicos e científicos e três instituições funcionaram como respaldadoras do progresso e avalizadoras do término das reformas: O Clube de Engenharia, a Saúde Pública, a Polícia.⁸⁹

O sanitarismo e o urbanismo foram pinçados como discursos neutros, técnicos, capazes de neutralizar os debates que necessariamente passavam pela relação entre a sociedade e o poder público. Dessa maneira, eles ganharam o atributo de verdade e a possibilidade de participação da sociedade é castrada pouco a pouco; e assim: “(...) se existe um documento que seja a expressão sintetizada do poder em sua vontade de organizar e controlar um território, este é o plano urbanístico de cada época.”⁹⁰

O Relatório de Obras de Beaurepaire-Rohan (1843) e o Plano da Comissão de Melhoramentos (1875-76) já demonstravam a preocupação do Império com a sua capital. Neles, assim como nos outros tantos planos para a capital e depois para a cidade, o ideal de civilização apontava, sempre pelo avesso, o que se considerava atrasado ou bárbaro, arcaico ou primitivo, no processo de desenvolvimento histórico do Rio.

A Constituição republicana de 1891 transformou o antigo Município Neutro do Rio de Janeiro em Distrito Federal e no ano seguinte ficou determinado por lei que o Poder Executivo Federal deveria nomear o prefeito, exercendo sobre o seu governo ampla tutela. Dessa forma, o presidente Rodrigues Alves escolheu Pereira Passos como prefeito, que trabalhou ao lado de sanitaristas e engenheiros como Osvaldo Cruz, Lauro Müller, Francisco Bicalho e Paulo de Frontin. Vale saber que Pereira Passos havia

⁸⁸ Idem, p.74.

⁸⁹ RODRIGUES, op.cit. 2002, p.30.

⁹⁰ ANDREATTA, op.cit. p.46.

participado da Comissão de Melhoramentos trinta anos antes, o que aponta no mínimo para algumas continuidades nos projetos para a capital. Nesse sentido, vale observar a fala de Verena Andreatta:

Na fundamentação da necessidade de aberturas e alargamentos de vias se encontram todos os tópicos assumidos no ideário coletivo da cidade: saneamento, ventilação, circulação e embelezamento da capital, parecendo uma repetição mais contundente das mesmas idéias mostradas nos Planos de Beaurepaire e da Comissão de Melhoramentos de 1875-76.⁹¹

Modernizar se transformou na palavra de ordem para as reformas que se estabeleceram na cidade-capital nos primeiros anos republicanos. Do lado do governo federal tratava-se de conjugar a modernização com o progresso material, como vimos antes, com o objetivo de oferecer mais credibilidade ao exterior sobre a vida na capital, favorecendo antes de tudo as trocas comerciais, o que fez do porto a menina dos olhos daqueles que dirigiam não apenas a capital, mas toda a nação naquele momento.

(...) o que pretendiam os paulistas era apresentar ao mundo desenvolvido, o das grandes potências, a imagem de um governo sólido, estável, dotado de instituições liberais, economia saudável e administração competentes. Só assim poderiam atrair os recursos sem os quais a cafeicultura paulista não poderia sobreviver: empréstimos externos que sustentassem a expansão das lavouras e o preço declinante das sacas, recursos técnicos de infra-estruturas e mão de obra dos imigrantes europeus.⁹²

Do lado da prefeitura tratava-se de conjugar a modernização com um projeto de civilização, que, apesar de observar a cidade como um todo, entendeu que este todo deveria observar algumas leis estabelecidas por uma minoria, através de padrões aburguesados, que ia de encontro com muitos aspectos tradicionais da cidade. A garantia da realização do seu projeto seria assegurada pelo próprio governo federal e por uma legislação que oferecia todas as condições de atuação ao prefeito. Nesse sentido, são muito relevantes as palavras do biógrafo de Pereira Passos, Afonso Arinos de Melo Franco, no trecho a seguir:

Começava por adiar por seis meses as eleições para a Câmara Municipal, o que vinha deixar ao prefeito, desde logo, as mãos livres de qualquer algema oposicionista. O artigo 3º declarava que, nos recessos da Câmara, “o prefeito administraria e governaria o distrito de acordo com as leis municipais em vigor”, isto é, com ela própria, a lei nova,

⁹¹ Idem, p.196.

⁹² SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. p.57.

que superava as posturas locais. O artigo 16, de constitucionalidade duvidosa, dispunha que as autoridades judiciárias, federais ou locais, não poderiam “revogar as medidas e atos administrativos, nem conceder interditos possessórios contra atos do governo municipal, exercidos *ratione imperii* [por razões imperativas]. (...) O artigo 18 acabava com qualquer controle ou aditamento burocrático. (...) O artigo 23 completava a disposição, pois, segundo ele, quando se tratasse de demolição, despejo, interdição e outras medidas, haveria apenas um auto afixado no local, que previa penalidades contra as desobediências. O artigo 24 fazia tábua rasa do direito processual. Por ele consideravam-se “embargadas” as obras em curso, nas quais fosse afixado edital da prefeitura, determinando aquela providência. O artigo 25 dispunha que o despejo dos residentes nos prédios a serem demolidos, bem como a remoção dos respectivos móveis e pertences, seriam feitos pela polícia. Completando o sistema de exceção, o artigo 26 estabelecia que os assentamentos nos livros das repartições municipais, sobre transferências de imóveis para os fins da lei, valeriam como escritura pública, independentemente da outorga uxória e da transcrição do título.⁹³

Apesar de as duas reformas divergirem em alguns momentos, por conta da prevalência da força do governo federal, as peculiaridades da cidade ficam constrangidas duplamente pelo peso da capital – que deve representar toda a nação brasileira – e pelo peso da civilização – que deve criar um padrão de civilidade que não deixa espaço para outros tipos de manifestação. A capital teve de se transformar na vitrine ideal do Brasil que se pretendia moderno, em oposição ao caráter colonial, que deve ser lido aqui como sinônimo de atrasado. Para que isso acontecesse com sucesso, foi necessário se opor a qualquer figura que se colocasse no caminho do progresso ou maculasse a civilidade desejada.

A atuação de Rodrigues Alves é intimamente relacionada aos anos de governo de Campos Sales, tendo sido visto como um continuador da política iniciada em fins do século XIX. É importante reconhecer que a cidade do Rio de Janeiro havia votado maciçamente na oposição à hegemonia paulista, representada naquele momento por Quintino Bocaiúva.

Desde a data do seu início, em 15 de novembro de 1902, o governo de Rodrigues Alves foi recebido com extrema frieza pela população do Rio de Janeiro. (...) E não nos esqueçamos da despedida estrepitosa que os habitantes da cidade lhe reservaram [a Campos Sales], quando ele passou suas funções ao sucessor. O ex-presidente foi vaiado fragorosamente, desde a saída do gabinete presidencial até a estação. Quase toda a Brigada Policial foi posta na rua para garantir o seu embarque. A assuada era recortada por provocações, insultos, zombarias, assovios e gestos ameaçadores. Pelo trajeto do subúrbio, o trem em que ele embarcara foi saudado com vaias, apitos, pedradas. Mais do que o homem, o que se procurava atingir com essa manifestação de repúdio era, evidentemente, um projeto de governo sentido como espúrio, faccioso e opressivo.⁹⁴

⁹³ Apud. SEVCENKO, Nicolau. Op.cit.2010. p.69-70.

⁹⁴ Idem, p.55-56.

Foi precisamente essa conduta opressiva e arbitrária que desencadeou uma das manifestações populares mais significativas das primeiras décadas da República brasileira, na cidade do Rio de Janeiro: a Revolta da Vacina, no ano de 1904. O Rio de Janeiro possuía naquele momento o maior foco endêmico de varíola do país, de modo que no ano de 1904 a cidade foi assolada por um surto epidêmico, que até a metade do ano havia totalizado oficialmente o número de 1.800 casos de internação e 4.201 óbitos. O pontapé para a revolta se deu quando, no dia nove de novembro de 1904, o plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola foi publicado.⁹⁵

E foi justamente a regulamentação que desencadeou a revolta. Uma vez aprovada a lei pelo Congresso e pela Câmara dos Deputados, a definição de normas, métodos e recursos para a sua aplicação ficava a cargo do Departamento de Saúde Pública. Esse órgão federal estipularia o conjunto de procedimentos por meio de um decreto, que escapava, portanto, da deliberação do Legislativo e se tornava atribuição exclusiva da presidência da República. Logo, foi o próprio Osvaldo Cruz quem elaborou o regulamento, que não estava mais sujeito a discussões e deveria ser aplicado a toda a população incontinenti. Um jornal do Rio, *A Notícia*, publicou na sequência um esboço do decreto elaborado por Osvaldo Cruz, e a partir de então o pânico e a indignação se disseminaram por toda a cidade.⁹⁶

O objetivo estava claro: uma ação ampla e precisa, que garantisse resultado abrangente e rápido. Não se pensou numa campanha de esclarecimentos dirigida à população, de modo a prepará-la para a vacina. O comportamento autoritário esperava como contrapartida, apenas, a “submissão incondicional”⁹⁷. Aqueles que se opunham à obrigatoriedade da vacina, não o faziam por oposição à vacina propriamente, aliás, muitos entre aqueles que compunham a oposição compreendiam o benefício que a vacinação traria, entretanto, discordavam da característica compulsória e truculenta da lei.

Publicada a regulamentação, já no dia seguinte, 10 de novembro, as agitações se iniciavam com toda a fúria que as caracterizava. Grandes ajuntamentos tomaram a rua do Ouvidor, a praça Tiradentes e o largo de São Francisco de Paula, onde oradores populares vociferavam contra a lei e o regulamento da vacina, instigando o povo à rebeldia. A polícia, informada e com determinações expressas de proibir e dispersar quaisquer reuniões públicas, tratou de prender os oradores improvisados, sofrendo a resistência da população, que a atacava a pedradas. Naquele momento, toda a Brigada Policial é posta de prontidão, e é enviado um contingente de grandes proporções para patrulhar ostensivamente a área central do Rio de Janeiro. As autoridades civis são alertadas e a força policial é orientada para agir prontamente e com desembaraço contra

⁹⁵ Idem, p.17-18.

⁹⁶ Idem, p. 24.

⁹⁷ Idem, p. 25.

quaisquer ameaças à ordem pública e à rotina da cidade. A noite do dia 10 caiu sob uma atmosfera de tensão e insegurança, prenúncio dos horrores que estavam por vir.⁹⁸

A revolta se desenrolou entre os dias dez e dezesseis daquele mês de novembro, revirando o centro da cidade de ponta cabeça. Diante da desordem desencadeada pela população e apoiada pela Liga contra a Vacina Obrigatória, o governo contou com o auxílio da polícia, do Exército, da Marinha e da Guarda Nacional para disparar contra a população, que já se sentia ameaçada pela lei, uma repressão armada. Até que no dia dezesseis o governo revoga a obrigatoriedade da vacina antivariólica.

A cidade ressurgiu da revolta irreconhecível. Calçamentos revolvidos, casas ruínas, janelas estilhaçadas, portas arrombadas, trilhos arrancados, restos de bondes, carros e carroças calcinados nas ruas, crateras de dinamite e petardos, ruínas de prédios incendiados, lâmpadas quebradas, postes, bancas, relógios e estátuas arrancadas, trincheiras improvisadas dos mais variados materiais, barreiras de arame farpado, perfurações de bala por toda a parte, machas de sangue, cavalos mortos, perdas e danos materiais inestimáveis (...).⁹⁹

A atmosfera de terror persistiu na cidade ainda por alguns meses, uma vez que várias pessoas haviam sido presas e muitas outras se tornaram suspeitas sob os olhares da polícia. João do Rio diagnostica com a sua crônica “Os poetas da detenção”, originalmente publicada na *Gazeta de Notícias* de 1/9/1905, quase um ano depois da revolta, a queixa do preso José Domingos que escreveu a canção “Os Sucessos”, tendo como mote os eventos do ano anterior:

*Dia quinze de novembro
Antes de o sol nascer
Vi toda a cavalaria
De clavinote a tiracol.
(...)
As pobres mães choravam
E gritavam por Jesus;
O culpado disso tudo
É o Dr. Osvaldo Cruz!*¹⁰⁰

A população carioca que deveria aprender as normas de civilidade transitando pelo centro reformado era a mesma que se via proibida de por ali andar se não estivesse

⁹⁸ Idem, p. 25.

⁹⁹ Idem, p. 52.

¹⁰⁰ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. pg. 185-186. A crônica citada e várias outras que foram escritas nos anos de 1904 e 1905 foram publicadas em livro posteriormente, no ano de 1908, reunidas sob o título de “A alma encantadora das ruas”.

vestida com adequação; era também a mesma que encontrou numa campanha de caça aos ratos, motivada pela peste bubônica, a razão para criar ratos, já que a venda dos roedores à Saúde Pública geraria uma renda qualquer. Um forte indício desse fato pode ser verificado na crônica “Pequenas profissões”, de João do Rio, publicada em 06/08/1904, na *Gazeta de Notícias*:

A mais nova, porém, dessas profissões, que saltam dos ralos, dos buracos, do cisco da grande cidade, é a dos ratoeiros, o agente de ratos o entreposto entre as ratoeiras das estalagens e a Diretoria de Saúde. Ratoeiro não é um cavador – é um negociante. Passeia pela Gamboa, pelas estalagens da Cidade Nova, pelos cortiços e bibocas da parte velha da *urbs*, vai até ao subúrbio, tocando um cornetim com a lata na mão. Quando está muito cansado, senta-se na calçada e espera tranquilamente a freguesia, soprando de espaço a espaço no cornetim.¹⁰¹

Justamente a parte menos ilustrada da sociedade carioca e que ainda habitava o centro da cidade foi paulatinamente sendo deslocada para fora do centro. Na crônica “Sono calmo”, publicada na *Gazeta de Notícias* de 10/06/1904, exatamente cinco meses antes da Revolta da Vacina estourar, João do Rio faz um registro de uma visita guiada por um delegado às zungas, espécies de cortiços que abrigavam a população mais pobre a custo baixo. O próprio cronista comenta que as pessoas que ali dormiam o faziam para fugir da pena que a polícia poderia aplicar aos que vagassem ou, como diria a própria polícia, vadiassem pelas ruas do centro à noite.

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Os quartos estritos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. (...) Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atirados ao soalho. (...) Em cima, então, era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos.¹⁰²

O adensamento populacional, comum a todas as cidades em busca de se modernizarem na virada do século XIX para o século XX, gerava uma insegurança que a Revolta da Vacina acabou por confirmar para os que imprimiam direção ao governo do país e da cidade-capital. A outra face da mesma moeda era o medo que a situação de

¹⁰¹ Idem, p. 42.

¹⁰² Idem, p. 147-148.

insalubridade do Rio de Janeiro exportava justamente para aqueles que poderiam trazer nos seus navios a modernização e a civilidade, fosse na forma de mercadorias ou de imigrantes. Era preciso, mais do que nunca, afastar esses perigos e, como afirmou Nicolau Sevcenko, era para uma “espécie de periferia insalubre (...) que iriam se transferir as doenças e endemias expulsas, junto com os humildes, do centro da cidade destinado a tornar-se sadio, ordeiro, asseado e exclusivamente burguês.”¹⁰³

Um termo carregado de sagrado demoniza o seu antônimo. A palavra civilização, se já não designa um fato submetido ao julgamento, mas um valor incontestável, entra no arsenal verbal do louvor ou da acusação. Não se trata mais de avaliar os defeitos ou os méritos da civilização. Ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. É preciso tomar seu partido, adotar a causa. Ela se torna motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação: tudo que não é civilizado, tudo que lhe resiste, tudo que ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto. Na excitação da eloquência, torna-se permissível reclamar o sacrifício supremo em nome da civilização. O que significa dizer que o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso à violência. O anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos.¹⁰⁴

A essa altura é importante esclarecer que, seguindo a sugestão de Verena Andreatta, a palavra saneamento não é considerada exclusivamente como sinônimo de higienismo, mas tem seu sentido ampliado pela idéia de reforma física da cidade. Trata-se sim de uma preocupação com a saúde da capital, com o corpo da *urbs*, mas dentro de uma outra lógica que não se vê limitada pela referência à higiene. O processo civilizatório que se dirige ao Rio de Janeiro pretende que o saneamento do seu espaço público se transfira para o espaço privado dos indivíduos que residem, passeiam, circulam pela capital.

Pobreza, imundície e insensibilidade da classe alta era novidade no universo urbano? Certamente não. Dois acontecimentos respondem pelo fato de a cidade, no começo do século XIX, se tornar um símbolo estigmatizado desses males sociais. Primeiro, o enorme crescimento da taxa de urbanização e o surgimento da cidade industrial de construção barata dramatizaram as condições urbanas que até então passavam despercebidas. Em segundo lugar, essa transformação negativa da paisagem social ocorreu contra o pano de fundo das expectativas do iluminismo, de pensamento histórico otimista sobre o progresso e a riqueza da civilização por meio da cidade, tal como vimos em Voltaire, Smith e Fichte. A cidade como símbolo ficou presa na rede psicológica de esperanças frustradas. Sem o quadro deslumbrante da cidade como

¹⁰³ SEVCENKO, op.cit.2010, p. 88.

¹⁰⁴ STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras da Civilização: ensaios*. p.33.

virtude, herdado do Iluminismo, a imagem da cidade como *vicio* dificilmente teria exercido tanta influencia sobre a mente européia.¹⁰⁵

A essa altura, tal como alertara Carl Schorske nos primeiros parágrafos do ensaio “A idéia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Splenger”, o Rio de Janeiro era simultaneamente cidade da virtude, porque a projetavam moderna e civilizada; cidade do vício, porque já se deparava com as contradições sociais por conta do seu desenvolvimento; e cidade para além do bem e do mal, porque apresentava seu caráter de “fatalidade”, que seria ao longo de todo o século XX traduzido por uma fala tecnicista, que pretendia neutralizar os debates de ordem moral, ética ou política através de discursos que se queriam objetivos.

O perigo interior logo tomará o aspecto das “classes perigosas” do proletariado, dos “apaches” e dos “moicanos” oriundos das grandes metrópoles industriais; ora será percebido como a consequência da libertação dos instintos provocada pelos movimentos intelectuais de emancipação e de revolta (...), ora no individualismo que, pela consideração do exclusivo “interesse pessoal”, autoriza o crime e o retorno à luta de todos contra todos (...). A selvageria não é apenas habitual nas classes inferiores; ela permanece à espreita no coração de todos os homens, sob aparências que inspiram confiança.¹⁰⁶

Dois autores referenciais foram considerados para estabelecer os limites de entendimento do conceito de civilização e do processo civilizador, são eles os textos de Norbert Elias¹⁰⁷ e Jean Starobinski¹⁰⁸, sendo este último o que ofereceu mais extensamente as condições para a elaboração dos argumentos aqui presentes. Vale observar duas das significações que o conceito de civilização pode assumir, segundo os autores citados acima, e que nos interessa para os esclarecimentos que virão a seguir:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização.¹⁰⁹

¹⁰⁵ SCHORSKE, op.cit., p. 61. [Grifos meus.]

¹⁰⁶ STAROBINSKI, op.cit. p. 39.

¹⁰⁷ Ver: *O processo civilizador*.

¹⁰⁸ Ver: *As Máscaras da Civilização: ensaios*.

¹⁰⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. p. 23

Civilizar seria, tanto para os homens quanto para os objetos, abolir todas as asperezas e as desigualdades “grosseiras”, apagar toda rudeza, suprimir tudo que poderia dar lugar ao atrito, fazer de maneira a que os contatos sejam deslizantes e suaves. A lima, o polidor são os instrumentos que, figuradamente, asseguram a transformação da grosseira, da rusticidade em civilidade, urbanidade, cultura.¹¹⁰

O conceito de civilização pode se relacionar da mesma forma ao “abrandamento dos costumes, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo”¹¹¹, e todas essas características podem conformar apenas a idéia superficial, presentes na condição *exterior*¹¹² do homem civilizado. Como se todas essas possíveis qualidades da civilização compusessem apenas a *máscara*¹¹³ da sociedade, que em muitos casos estaria em desacordo com a sua *natureza mais íntima*¹¹⁴, inclusive. A máscara, portanto, cumpriria uma função de encobrir aquilo que não deve aparecer, algo que se teria diagnosticado como nocivo ao desenvolvimento da sociedade. O que os tempos modernos impõem é que esses contrários estejam numa relação intrínseca e de presença de simultaneidade entre eles. A civilização não apenas inventa o seu contrário como se torna inseparável dele; tomando o seu contrário como aquilo que pertence, antinomicamente, ao estado primeiro, tem-se que o avesso da civilização é a própria barbárie, a selvageria, o estado primitivo da natureza dos homens e das sociedades: “em lugar de uma barbárie da face descoberta, as civilizações contemporâneas exercem uma violência dissimulada.”¹¹⁵

A condição exterior do homem civilizado, no mesmo jogo de relações semânticas, pode se confundir com a idéia de progresso material e de perfectibilidade, ou seja, daquelas condições de ordem mais objetiva da vida. De acordo com Jean Starobinski, “a palavra civilização, que designa um processo, sobrevém na história das idéias ao mesmo tempo em que acepção moderna de progresso. Civilização e progresso são termos destinados a manter as mais estreitas relações.”¹¹⁶

O conceito de civilização está sempre associado ou a idéia de *processo* – desenvolvimento da civilização – ou a idéia de *estado* – a condição de já estar civilizado¹¹⁷. A civilização, assim, primeiro significa um processo, um desenrolar de

¹¹⁰ STAROBINSKI, op.cit., p.26.

¹¹¹ Idem, p.14.

¹¹² Idem, p.15.

¹¹³ Idem, p.19.

¹¹⁴ Idem, p. 15.

¹¹⁵ Idem, p. 19.

¹¹⁶ Idem, p.15.

¹¹⁷ Idem, p.14.

eventos que faz dos seus partícipes civilizados; em segundo lugar significa o resultado acumulado desse processo, um estado propriamente. O que nos permite entender que diferentes processos de civilização levam a diferentes estados de civilização. Entretanto, o ordenamento das leis de promoção da civilidade converge para um modelo exemplar unificador, divulgando a partir daí a singularidade daquilo que se aceita como estado de civilização, apartando do seu cerne unificador a pluralidade dos processos e estados de civilização. A civilização, portanto, nasce junto da sua crise. Para se justificar a necessidade da singularidade da forma, se começa a falar na “verdadeira civilização”¹¹⁸.

A proposta de que a perfectibilidade do homem e das sociedades seja indefinida, pelo menos a princípio, não exclui o fato de que o progresso do homem e das sociedades – entendidos aqui como um quadro histórico – possa apresentar ritmos diferentes. Segundo Jean Condorcet, “estes progressos poderão seguir uma marcha mais ou menos rápida, mas ela deve ser contínua e nunca retrógrada.”¹¹⁹ A análise desse quadro histórico permitiria perceber os elementos catalisadores que conduziram as sociedades “em direção à verdade ou à felicidade”.¹²⁰ Se a felicidade e a verdade se apresentam de modo singular é porque se tem por princípio que existe algum processo que elabora uma espécie de denominador comum para as diferentes sociedades. De acordo com Condorcet, estava no progresso da razão humana – desde Descartes, passando por Locke e Newton – a fé na possibilidade de comunhão entre os diferentes progressos. Jean Condorcet desenvolve uma hipótese de que a universalidade da língua seria o justo elemento que viabilizaria a reunião dos diferentes processos de civilização em um único estado de civilização. Nesse sentido, a inevitabilidade do aperfeiçoamento do homem e das sociedades demanda, para seu sucesso, o polimento das arestas, de tudo aquilo que pudesse atravancar, atrasar, retardar o progresso. Na acepção de Jean Starobinski, “a palavra polir implica um devir, uma ação progressiva, daí sua equivalência com civilizar.”¹²¹ A polícia, portanto, sobretudo no século XIX, é aquela que assegura os limites do processo de polimento, que dita as normas de refinamento dos traços que comporão a civilidade.

Polir é civilizar os indivíduos, suas maneiras, sua linguagem. Tanto o sentido próprio quanto o sentido figurado podem conduzir à idéia de ordem coletiva, de leis, de

¹¹⁸ Idem, p.46.

¹¹⁹ CONDORCET, Jean Antoine Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. p. 20.

¹²⁰ Idem, p. 20.

¹²¹ STAROBINSKI, op.cit., p. 19.

instituições que assegurem a brandura do comércio humano. A passagem é feita pelo verbo *policiar*, que diz respeito aos indivíduos reunidos, às nações.¹²²

A polissemia da palavra civilização demanda um exercício de cercá-la por vários lados, de modo que seus limites sejam observados de acordo com os autores que operam com os significados presentes nela. Numa dessas tentativas de cercar e se acerrar da civilização, o cronista João do Rio nos oferece algumas considerações importantes:

(...) a civilização é a *igualdade* num certo poste, *que de comum acordo se julga admirável*, e, assim como as damas ocidentais usam os *mesmos chapéus*, os *mesmos tecidos*, o *mesmo andar*, assim como dois homens bem vestidos hão de fatalmente ter o *mesmo feitio de gola de casaco e do chapéu*, todas as cidades modernas tem avenidas largas, *squares*, mercados e palácios de ferro, vidro e cerâmica. Afinal, *uma cidade moderna é como todas as cidades modernas*.¹²³

A análise de João do Rio está absolutamente correta, sob determinado ponto de vista da avaliação do conceito civilização. O primeiro elemento significativo na sua fala é o uso da qualidade “igualdade” para definir o que é civilização. Essa caracterização do conceito aponta para o fato dele ser universalizante, homogeneizante, de todas as esferas produtivas e de pensamento dos homens. Trata-se de um devir ideal que se pretende atingir; e esse dado perfectível é necessariamente singular. O segundo elemento apresentado pelo cronista está na frase “que de comum acordo se julga admirável”, que remete à consciência geral das virtudes civilizadoras, desejadas por qualquer grupo que esteja afinado com o entendimento da sua “autoridade sagrada”¹²⁴. O terceiro elemento desfila alguns exemplos referentes à aparência que a civilização pode assumir nos corpos, nos gestos, na fala dos homens ou das cidades e que remete à condição exterior da civilização a qual foi citada há pouco acima. Finalmente, o cronista conclui dizendo que “uma cidade moderna é como todas as cidades modernas”, o que volta ao ponto da idéia universal de civilização, mas que remete a um outro aspecto, talvez o mais importante para o nosso argumento: trata-se de uma igualdade de estado e não de processo. As cidades modernas e civilizadas que, num determinado momento, se apresentam assemelhadas pela forma e pela aparência podem ter feito caminhos os mais distintos para chegarem a esse ponto, podem ter enfrentado diferentes percursos de desenvolvimento, podem ser herdeiras de processos históricos absolutamente díspares.

¹²² Idem, p. 29.

¹²³ RIO, João do. *Cinematographo*. p.153-154.

¹²⁴ STAROBINSKI, op.cit, p. 32.

Num movimento elíptico, voltamos ao cerne da nossa questão. A cidade ideal que se buscou construir no Rio de Janeiro, muito embora se relacionasse e partisse da experiência da cidade real, acabou por promover, dentro de um contexto universalizante de uma certa idéia de civilização, a repercussão de projetos urbanísticos modernizadores que estavam em muitos termos em desacordo com a historicidade presente. Buscou-se alcançar um estado de civilização que não correspondia ao processo de civilização que se desenrolava no Rio de Janeiro. A fala do historiador da arquitetura, Adrian Gorelik, é muito esclarecedora sobre a questão que nos move:

(...) a história cultural latino-americana é uma história de cidades: a América Latina explica-se nessa vontade de construção de uma nova realidade, diferente da existente (histórica ou natural). A ambição mais profunda da arquitetura moderna ratifica não só a visão da cidade americana como produto genuíno da modernidade, mas sobretudo como *máquina para inventar a modernidade*, estendê-la e reproduzi-la. Porque na América Latina a cidade, como conceito, foi pensada como o instrumento para se chegar a outra sociedade, precisamente a uma sociedade moderna. *O que significa, é claro, que neste continente a modernidade foi um caminho para se chegar ao desenvolvimento, não sua consequência*: a modernidade impôs-se como uma parte de uma política deliberada para conduzir ao desenvolvimento, e nessa política a cidade foi um objeto privilegiado.¹²⁵

Se o projeto de modernização e civilização da cidade-capital tivesse alcançado absoluto sucesso, possivelmente não encontraríamos os sinais dissonantes que nos permitem elaborar a questão. A tensão entre a cidade e a capital se manteve no mesmo espaço em que se desenrolava a tensão entre os ideais de progresso, civilização e cultura. A civilização que por um lado se associa à idéia mais objetiva de progresso material também se associa por outro a uma concepção mais filosófica de perfectibilidade. Nesse sentido, poderíamos relacionar os ideais de progresso e civilização às reformas que o governo federal implementou na capital federal entre os anos de 1903 e 1906. Por outro lado, mas ainda na mesma chave, poderíamos ligar a civilização, através da sua relação com a cultura, às reformas empreendidas pela prefeitura de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro naqueles mesmos anos. O ponto de encontro dos dois projetos está justamente no fato de ambos pousarem os olhos sobre a possibilidade de construírem uma verdade, baseada na razão, e com isso afastarem de si o debate, uma vez que ele ofereceria o risco de as dissonâncias aparecerem. Pelo mesmo motivo, podemos dizer que, apesar de valorizar a cultura como parte constituinte da civilização, o prefeito Pereira Passos não conseguiu assegurar

¹²⁵ GORELIK, Adrian. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. p.49. [Grifo meu.]

politicamente a manutenção dos espaços para as manifestações das culturas tradicionais. O descompasso de que falamos antes diz respeito a uma diferença muito expressiva entre a condição externa – aparência – e a condição interna – valor. Por mais que essa diferença seja própria à civilização, é desinteressante para a valorização das culturas que se observe mais a aparência do que o valor que emana das condições internas às sociedades.

A cidade, que só deve ser entendida a partir do plural porque nela sobrevivem diferentes lugares, conviveu com o mesmo lugar destinado à capital, este sim singular e unificador, no espaço que abrange o Rio de Janeiro. A singularidade da capital teve de conviver com as heterogeneidades da cidade, as vezes violentando, ofuscando, reprimindo essas diferenças em nome de um projeto modernizador e civilizador, que ganhou forma e expressão nos primeiros anos da República. Por maior que fosse o desejo de destacar as qualidades da *cidade da virtude*, o que sobreviveu no tempo foi a *cidade além do bem e do mal* ¹²⁶, experimentada pela sociedade e traduzida por alguns artistas, entre eles cronistas e fotógrafos. A sensibilidade de alguns desses artistas apontou desde cedo para uma situação de crise da modernidade, e de “tragédia da cultura”¹²⁷, expressa adequadamente no diagnóstico de Eugen Weber: “foi isso que chamou a minha atenção a respeito das circunstâncias: a discrepância ente o progresso material e a depressão espiritual me lembraram nossa própria época.”¹²⁸

Ao passo que franceses tentaram conter dentro de um único conceito a oposição interna ente elementos que consideravam complementares – no caso, civilização e cultura – os alemães, desde o início do século XIX, rivalizaram civilização (*die Zivilisation*) e cultura (*die Kultur*). Segundo Jean Starobinski, Friedrich Nietzsche não é o primeiro filósofo a intervir no debate, mas apresenta a diferenciação entre os termos de modo a explicar a oposição entre eles: “a civilização não passa de adestramento, repressão, encolhimento do indivíduo; a cultura, ao contrário, pode ir de par com a decadência das sociedades, pois consiste na expansão das energias individuais” ¹²⁹:

Cultura contra Civilização – os ápices da cultura e da civilização estão muito afastados um dos outros: é preciso não se enganar, eles estão separados por um antagonismo profundo como um abismo. Os grandes momentos da cultura sempre foram, moralmente falando, tempos de corrupção; e, ao contrário, as épocas de domesticação

¹²⁶ SCHORSKE, op.cit., p.67.

¹²⁷ Ver: SIMMEL, Georg. “La tragedie de la culture”. IN: *La tragedie de la culture et autres essais*.

¹²⁸ Eugen Weber Apud: Antônio Edmilson Martins Rodrigues. op.cit. 2002, p. 34.

¹²⁹ STAROBINSKI, op.cit, p. 46.

intencional e forçada do homem foram tempos de intolerância para as naturezas mais espirituais e mais audaciosas. A civilização quer uma coisa diferente do que a cultura quer: talvez alguma coisa de inverso.¹³⁰

Ainda persistindo no universo germânico, é interessante perceber que Sigmund Freud não promove essa mesma oposição entre civilização e cultura. Para ele, a cultura é aquela que abarca a civilização. Assim, no mesmo domínio estão presentes os elementos que desencadeiam o conflito e o enfrentamento entre eles se apresenta de modo inescapável: “de um lado, a pulsão erótica, que visa estender a comunidade, estreitar seus laços e, de outro, a pulsão agressiva, ligada ao instinto de morte. (...) Freud não precisa da dualidade cultura-civilização, desde que dispõe do par eros-thanatos.”¹³¹

A cidade, portanto, não sofreu propriamente por conta do embate entre civilização e cultura, na medida em que o arranjo entre os conceitos pressupõe esse avanço e retrocesso de um sobre o outro, desde que um exista o outro também existirá em maior ou menor evidência. A cidade sofreu sim ao passo que a capital, que representava toda a nação, avançou sobre ela ocupando os lugares em que a cidade poderia definir as suas identidades através das suas marcas de heterogeneidade cultural, independente daquele único e verdadeiro modelo de civilidade. De acordo com esse ponto de vista, os descompassos de que falávamos páginas atrás se referem a uma espécie de complexo de Édipo que a cidade desenvolve em relação à capital, uma vez que esta assumiria o lugar do pai – pátria – Brasil. A capital como uma referência à nação pesa demais sobre a cidade que experimenta uma dificuldade de se diferenciar do seu “pai” e assegurar para si própria, de um modo mais fértil, os espaços da sua individualidade. É exatamente se castrando, ou seja, rejeitando a identidade da capital, que a cidade poderia se sentir livre para reconhecer quaisquer que fossem as suas *especificidades*.

¹³⁰ Friedrich Nietzsche Apud: Jean Starobinski, op.cit., p.47.

¹³¹ STAROBINSKI, op.cit. p. 48.